

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

A revisão das leis eleitorais

O sistema político e o seu modo de funcionamento não são realidades estanques. Têm, naturalmente, de evoluir e de acompanhar os ventos da história.

Só assim se revigora a democracia e reforçam os alicerces da sua perenidade ao longo dos tempos.

Ora, um dos graves problemas com que se debate a democracia representativa na sua vertente parlamentar é o seu progressivo afastamento do cidadão eleitor.

A organização dos partidos políticos, a inércia das rotinas instaladas e sobretudo os conformismos do *establishment*, conduzem a que, amiúde, os representantes eleitos para o Parlamento não tenham raízes sedimentadas nos círculos onde são eleitos.

É este paradigma que tem de mudar. Aproximando o eleito do eleitor.

Responsabilizando o deputado pela sua prestação pessoal junto do eleitorado que o elegeu. Permitindo o seu escrutínio directamente pelo povo, na esteira do que se verifica nas democracias mais antigas do Mundo.

Mas também a nível do poder local se impõe um virar de página. Conferindo mais poderes ao Presidente de Câmara eleito, na constituição e na reconfiguração da sua equipa. Sem esquecer nunca o crivo fiscalizador da Assembleia Municipal. Mas sempre obviando a situações de bloqueio funcional em que incorrem hoje muitos executivos camarários, pela singela razão da composição proporcional da equipa e da sua inalterabilidade. Também aqui, convenhamos, se impõe ver além da Taprobana.

Sem tabus, sem tibiezas mas sobretudo com visão estratégica de médio e longo prazo.

É esta reflexão que todos devemos fazer.

Presidente acusa governo de “ofensiva” aos direitos, liberdades e garantias



Destaques:

LFM: “É patente nas últimas semanas a situação de descoordenação, de navegação à vista da costa, sem objectivos” do Governo”

Em “Actividades do Presidente”, pag. 2 e seguintes

Jorge Neto acusa Governo de «mandar às malvas a consolidação orçamental» e de estar a preparar um «cenário favorável ao “ciclo eleitoral” de 2009»

Em “Actividades do PSD”

Patinha Antão: Governo “viola sistematicamente” o princípio da proporcionalidade e até do “bom-senso”, na relação com os contribuintes

Em “Actividades do PSD”

“É patente nas últimas semanas a situação de descoordenação, de navegação à vista da costa, sem objectivos” do Governo – afirma o líder social-democrata

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, considerou, na segunda-feira, que as declarações do inspector-geral da Administração Interna sobre as forças de segurança revelam que o Governo “não tem mão” nos altos funcionários do Estado por si nomeados.

“O Governo não tem mão nos próprios directores gerais de confiança política”, acusou Luís Filipe Menezes, em entrevista ao Rádio Clube Português, num comentário às declarações do inspector-geral da Administração Interna ao semanário Expresso.

No sábado, o líder do PSD havia já dito que “o senhor ministro [da Administração Interna] devia tirar consequências da entrevista”, tendo Ângelo Correia exigido mesmo a demissão do inspector.

Numa entrevista publicada na edição de sábado do Expresso, o inspector-geral da Administração Interna afirma que “há muita impertinência, intolerância, impaciência da parte da polícia” no “atendimento ao cidadão”, que, a seu ver, é sinal de “incompetência”.

“Acho isto intolerável. E ainda mais intolerável é a atitude das chefias, de alguma tolerância face a estes comportamentos”, referiu António Clemente Lima, acrescentando que “há carências absurdas” na GNR e PSP ao nível da formação em direitos fundamentais do cidadão.

O inspector-geral da Administração Interna considerou também que há “muita ‘cowboyada’ de filme americano na mentalidade de alguns polícias”, “muito gosto na exibição da pistola” e que os



“problemas mais graves” verificam-se na área de intervenção da GNR, “com perseguições policiais iniciadas por motivos inadequados”.

Estas declarações, que o líder do PSD considerou que não deviam ter sido proferidas porque um alto funcionário do Estado “não deve dar entrevistas”, revelam igualmente, para Luís Filipe Menezes, a falta de coordenação do executivo socialista, no interior do qual “toda a gente fala sobre tudo”.

“É patente nas últimas semanas a situação de descoordenação, de

navegação à vista da costa, sem objectivos”, salientou líder social-democrata, escusando-se, contudo, a responder se o inspector-geral da Administração Interna deve ser demitido em consequência das suas declarações.

“Isso são questões de política politiqueria”, disse apenas.

Na entrevista ao Rádio Clube Português, Luís Filipe Menezes defendeu ainda que, depois de terminada a presidência portuguesa da União Europeia, em Janeiro, o primeiro-ministro deve “reorganizar”

o executivo e “repensá-lo em termos estratégicos”.

“É preciso mudar de política, reorganizar, ter mão nos ministros (...), há alguma descoordenação e alguma falta de rumo. É preciso definir políticas diferentes, definir uma estratégia, porque o que há é apenas um somatório de políticas avulsas”, sustentou.

Questionado sobre se entende que o primeiro-ministro deverá aproveitar o início do próximo ano para remodelar o executivo, o líder do PSD também não respondeu, considerando



que se trata de uma questão da responsabilidade de José Sócrates.

“É uma matéria da responsabilidade do próprio primeiro-ministro. Não somos o ponto do primeiro-ministro. Se o fizer, cá estaremos para comentar”, frisou.

PSD não desiste de afirmar a sua posição sobre um modelo de desenvolvimento económico alternativo ao do Governo

O Presidente do PSD anunciou, no dia 23, a “cartilha” do partido para 2009, que passará por “repisar” as propostas apresentadas durante o debate do Orçamento e a divulgação, dentro de um ano, de um modelo económico alternativo ao do Governo.

“Antes do debate do Orçamento do próximo ano [Orçamento de Estado para 2009] vamos apresentar um programa que seja um modelo de desenvolvimento económico alternativo ao do Governo”, afirmou Luís Filipe Menezes, adiantando que o programa irá incidir nas áreas da política fiscal, reforma do Estado social, peso do Estado e reforma da administração pública.

Poucas horas depois da aprovação do Orçamento de Estado para 2008 no Parlamento, o líder social-democrata convocou os jornalistas para a sede do partido para, assim, apresentar aquela que será a “cartilha” do partido em 2009.

Além do modelo de desenvolvimento económico alternativo ao do executivo socialista, os sociais-democratas irão, ao longo do próximo ano “repisar as propostas” que apresentaram durante o debate do Orçamento de Estado para 2008.

“Foram todas rejeitadas. Por isso, só poderemos repisar essas propostas”, salientou Luís Filipe Menezes.

Ou seja, acrescentou o nosso Presidente, a partir de Janeiro o PSD voltará a levar ao debate as propostas que apresentou durante o debate na Assembleia da República, mas desta vez, sob a forma de propostas de diplomas com força legislativa.

A nossa bancada apresentará um projecto de lei que “reitera” que as dívidas do Estado aos contribuintes possam ser utilizadas como ‘créditos’, ou seja, que possam servir para pagar as dívidas que esses mesmos contribuintes têm para com a administração central, adiantou Luís Filipe Menezes.

O PSD apresentará, além de outros, um diploma que consagre incentivos ao desenvolvimento do interior do país, nomeadamente incentivos fiscais, incentivos aos jovens quadros da administração pública para se fixarem naquela zona do país e “um conjunto de investimentos”.

O grupo parlamentar irá também



entregar no Parlamento um projecto de resolução para “a privatização de um conjunto de serviços públicos em várias áreas”, a começar pelo ambiente.

Panorama diferente na Lei de Segurança Interna

Luís Filipe Menezes, revelou no dia 23, no Porto, que as conversações com o PS, sobre a nova Lei de Segurança Interna poderão resultar num “consenso alargado” entre os dois maiores partidos portugueses.

“Julgo que se irá encontrar um consenso alargado”, afirmou Menezes, em declarações aos jornalistas, à margem de um jantar com militantes do PSD.

O líder social-democrata, questionado sobre a existência de contactos entre PSD e PS sobre segurança interna, recordou que, “historicamente, os dois maiores partidos portugueses trocam pontos de vista” sobre esta matéria.

Nesse sentido, admitiu que os dois partidos têm mantido contactos sobre a futura legislação relativa à segurança interna mas frisou que se trata de “matéria muito complexa, que não se pode resolver de um dia para outro”.

Apesar disso, Menezes considerou que os contactos em curso “podem conduzir a um amplo consenso” entre socialistas e sociais-democratas sobre segurança interna.

Antes de entrar para o jantar organizado pela secção do PSD do Bonfim, uma das maiores do Porto, Luís Filipe Menezes fez ainda um breve balanço do que tem sido a acção do seu partido nas últimas semanas, desde que assumiu a liderança.

“Demos um enorme abanão num PS que se mostrava arrogante e autocrático”, afirmou o líder do PSD, recordando algumas iniciativas do seu

partido que marcaram a agenda política, como o “relançamento do debate sobre legislação eleitoral” ou a discussão dos “incentivos para o emprego dos jovens”.

Para Menezes, o PS é um partido “debilitado e frágil, que já começou a demonstrar que não está seguro”.

“O PSD está a tomar a iniciativa na agenda política”, afirmou.

Tribunal de Contas dá indicações sobre “fiabilidade do défice orçamental”

O líder do PSD considerou, também na 5ª feira, que o relatório do Tribunal de Contas à situação financeira do Serviço Nacional de Saúde é um indicador que leva a “questionar a fiabilidade do défice orçamental” apresentado pelo Governo.

“As contas do Serviço Nacional de Saúde apontam para um défice que ultrapassa os 200 milhões de euros”, sublinhou o líder social-democrata, Luís Filipe Menezes, numa referência ao relatório do Tribunal de Contas à situação económica financeira do Serviço Nacional de Saúde (SNS), conhecido no mesmo dia.

Além disso, acrescentou, o Tribunal de Contas aponta ainda para “uma derrapagem de mais de 50 por cento” nas contas dos hospitais “público-privados”.

Estes dados, considerou Luís Filipe Menezes, levam, por isso, a “questionar a fiabilidade do défice orçamental” apresentado pelo Governo.

“As desorçamentações existem, há dívidas escondidas. A nossa suspeição tem algum sentido”, salientou, insistindo que, se o défice orçamental fosse calculado pelos critérios utilizados há dois anos pela chamada

‘comissão Constâncio’, “os valores seriam muito superiores” aos apresentados pelo executivo socialista.

Questionado sobre se o PSD irá insistir na proposta avançada no início do debate do Orçamento de Estado para 2008 para a constituição de uma nova ‘comissão Constâncio’ para averiguar os valores do défice do Estado, Luís Filipe Menezes disse que se tratou de uma “proposta com um certo simbolismo político”.

Contudo, continuou, “não havendo da parte da maioria vontade, qualquer proposta do PSD nesse sentido iria redundar num fiasco”.

Ainda acerca do debate do Orçamento de Estado para 2008, que terminou 5ª feira na Assembleia da República, o líder social-democrata voltou a deixar duras críticas à maioria socialista e ao executivo de José Sócrates, considerando que ficou demonstrado que “o Governo não tem rumo”.

Por exemplo, referiu, o executivo “não foi capaz” de dizer quais os critérios que considera serem necessários para reduzir a carga fiscal, tendo também ficado demonstrado que a reforma da administração pública “continua adiada” e que, até agora, apenas se realizaram “operações de cosmética”.

“Também não houve vontade de contraturalizar um calendário dos investimentos públicos”, acrescentou ainda, numa referência a outra proposta do PSD.

“Aparentemente, o melhor que o Governo conseguirá dizer é que irá terminar a legislatura com resultados muito medíocres”, salientou.

O presidente do PSD, que esteve reunido com a Associação Nacional de Farmácias, sexta-feira, lembrou que o Serviço Nacional de Saúde apresenta para um défice que ultrapassa, nominalmente, os 200 milhões de

euros.

Presidente acusa governo de “ofensiva” aos direitos, liberdades e garantias

Referindo-se ao estudo da Provedoria de Justiça aos serviços de finanças divulgado quarta-feira, e onde se conclui que o sistema de execuções fiscais tem deficiências e algumas das suas aplicações informáticas são ilegais, Luís Filipe Menezes considera que o Governo está a fazer uma ofensiva aos direitos, liberdades e garantias, em matéria de Justiça e impostos.

O presidente dos Sociais-democratas, que falava à Imprensa no final do um encontro com a Associação Sindical dos Juizes, acusou o Governo de fazer uma “ofensiva” aos direitos, liberdades e garantias, criticando o caminho que o executivo está a seguir em matéria de Justiça e impostos.

“A questão de fundo é que há uma ofensiva, que pode não ser propositada, mas que põe em causa direitos, liberdades e garantias”, afirmou Luís Filipe Menezes.

Referindo-se ao estudo da Provedoria de Justiça aos serviços de finanças divulgado quarta-feira e onde se conclui que o sistema de execuções fiscais tem deficiências e algumas das suas aplicações informáticas são ilegais, o líder social-democrata sublinhou que “põe a nu uma violação dos direitos, liberdades e garantias”.

Esta crítica, acrescentou, estende-se também à lei aprovada no Parlamento apenas com os votos do PS e que equipara juizes e magistrados do Ministério Público aos funcionários públicos em matéria de vínculos, carreiras e remunerações.

Luís Filipe Menezes escusou-se, contudo, a fazer qualquer comentário a este diploma, nem à entrevista que o procurador-geral da República dá hoje à revista Visão e onde Pinto Monteiro considera que “começa a haver alguns sinais de que pode estar em perigo a autonomia do Ministério Público”.

“O senhor Presidente da República



tem o direito de o apreciar sem pressões”, afirmou.

Ainda em matéria de Justiça, Luís Filipe Menezes adiantou que a nova lei de Segurança Interna “está em negociação” entre o PSD e o PS, recusando, contudo, a hipótese dos dois partidos realizarem um novo pacto.

“O PSD e o PS não estão a trabalhar nenhum outro pacto, mas nada impede os dois partidos de consensualizar posições”, salientou, considerando que para esse consenso ser alcançado “não é necessário pôr por escrito”.

“Um pacto pressupõe um formalismo, é diferente”, acrescentou.

Relativamente ao pacto para a Justiça, que PSD e PSD assinaram há mais de um ano, Luís Filipe Menezes reiterou que existem ainda três diplomas importantes por aprovar, assim como outras matérias que não estando formalmente contidas no pacto são indissociáveis do mesmo.

“Mas, estamos a conversar”, referiu.

Leis eleitorais para as autarquias e Assembleia da República

O líder do PSD assegurou na 5ª feira passada, que o PSD quer “ultrapassar dificuldades” e ver aprovadas até ao fim do ano as novas leis eleitorais para as autarquias e Assembleia da República, considerando a redução do número de deputados um “pormenor”.

“Não será por parte do PSD que até ao final do ano não existirão duas novas leis eleitorais”, afirmou o líder social-democrata, em declarações aos jornalistas durante um jantar em Colares com autarcas do Concelho de Sintra.

Considerando que é tempo de “fechar o ciclo da reforma do sistema eleitoral”, que se arrasta há anos, Luís Filipe Menezes garantiu que existe da parte do PSD “uma vontade muito, muito grande de ultrapassar as dificuldades” e “criar condições para aproximações parlamentares”.

“Há todo um trabalho já feito e muitos pontos de acordo” com os socialistas, acrescentou, lembrando que, por imposição da Constituição, as novas leis eleitorais terão de ser aprovadas por dois terços dos deputados, o que pressupõe um acordo com o PS.

Relativamente à nova lei eleitoral para a Assembleia da República, o líder do PSD salientou a importância da criação de círculos uninominais, defendida por sociais-democratas e socialistas e que permitirá uma maior aproximação entre eleitos e eleitores.

Questionado sobre se está disposto a deixar cair a antiga proposta social-democrata de redução do número de deputados, sempre rejeitada pelos socialistas, Luís Filipe Menezes não respondeu directamente mas classificou essa questão como um “pormenor”.

“Não quero tecer considerações sobre questões de pormenor”, disse,

enfatizando que a “questão fundamental” é a criação dos círculos uninominais.

A redução do número de deputados, dos actuais 230 para 181, era uma imposição do anterior líder do PSD, Luís Marques Mendes, para a revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República e um dos principais motivos para o falta de acordo com o PS na matéria.

“Estamos determinadíssimos em acabar com este jogo de sombras, de faz de conta”, salientou ainda Luís Filipe Menezes, insistindo que os sociais-democratas “têm toda a vontade para criar condições para uma aproximação parlamentar, nessa matéria” com o PS.

“O PSD vai criar condições para puder ver rapidamente as duas leis aprovadas”, frisou.

Relativamente à nova lei eleitoral para as Autarquias Locais, o líder social-democrata assegurou que já está “completamente consensualizada” e garantirá “um quadro de governabilidade muito estável”.

Desta forma, continuou, a ideia é assegurar que o partido vencedor tenha sempre maioria no executivo camarário, sendo que o presidente da Câmara Municipal será o primeiro da lista para a Assembleia Municipal.

Segundo o “Diário de Notícias”, «Menezes defende a “presidencialização do municipalismo” e a «ideia» do presidente do PSD é que os eleitores votem num nome para presidente de câmara e não numa lista fechada de vereadores. Esse presidente, caso seja o mais votado, terá depois liberdade para ir buscar os membros do seu executivo à sociedade civil.

Há dias, em Viseu, LFM sustentou que «para que as autarquias tenham maior estabilidade torna-se necessário que o presidente possa escolher a sua equipa à semelhança do que acontece no Governo». – Fontes: Povo Livre, Lusa, DN



PSD acusa Governo de «mandar às malvas», no OE-2008, a consolidação orçamental e de estar a preparar um cenário favorável ao “ciclo eleitoral” de 2009

O PSD acusou, no dia 23, o Governo de ter mandado “às malvas”, no Orçamento do Estado (OE) de 2008, “qualquer esforço de consolidação orçamental” e de estar a preparar um cenário favorável ao “ciclo eleitoral” de 2009.

“Um cenário assustador, de subida em espiral da despesa [subida da despesa pública para 4,4 por cento] superior ao dobro da inflação prevista de 2,1 por cento para 2008”, afirmou o deputado Jorge Neto no encerramento do debate sobre o Orçamento do Estado de 2008.

Para Jorge Neto, este orçamento é “uma falácia, um logro”, um “verdadeiro embuste” que tem como único objectivo “adaptar a “política orçamental a um cenário favorável ao



ciclo eleitoral que se aproxima com vista à distribuição de benesses pelo Governo”, como a descida de impostos.

O PSD acusou igualmente o executivo de “mandar às urtigas, sem apelo nem agravo, o esforço de consolidação orçamental e os sacrifícios pedidos aos portugueses”.

Jorge Neto acusou ainda o primeiro-ministro, José Sócrates, de “não ver a realidade, ficcionando um país virtual que realmente não existe”.

Ao contrário do que diz a maioria, o PSD considera que este não é um orçamento nem de consolidação e rigor, nem é “amigo da economia” nem dá prioridade às políticas sociais.

Além disso, acusou o deputado social-democrata, o OE está “maculado” com a “inenarrável

operação das Estradas de Portugal, a inqualificável desorçamentação no Serviço Nacional de Saúde ou ainda com o secretismo nebuloso e intolerável do verdadeiro impacto orçamental de todas as parcerias público-privadas”.

Perante o debate, que foi uma “mera retórica de ocasião, balofa e inconsequente”, e de um orçamento que considerou ser “de transição” para o ciclo eleitoral, o deputado social-democrata citou Lincoln: “Mas o povo é sábio. Como um dia disse Lincoln, “

... *podereis enganar toda a gente durante um certo tempo; podereis mesmo enganar algumas pessoas todo o tempo; mas não vos será possível enganar toda a gente, todo o tempo*”, disse Jorge Neto.

Ângelo Correia pede a demissão do Inspector-Geral da Administração Interna

O PSD pediu hoje a demissão do Inspector-Geral da Administração Interna, na sequência das declarações sobre a actuação das forças de segurança que António Clemente Lima fez ao jornal Expresso.

“O Inspector-Geral da Administração Interna ou se conforma com as leis da República e com as orientações do ministério respectivo ou então apresenta a demissão por manifesta discordância com aquilo que funcionalmente é obrigado a acreditar”, disse à agência Lusa o presidente da mesa do Congresso, Ângelo Correia.

Para o líder social-democrata, se o inspector-geral não apresentar a demissão e o ministro não tirar consequências, então teremos em sede de um dos ministérios mais importantes do país a convivência entre o negativo e o positivo”.

“O Inspector-Geral da Administração Interna, que depende do ministro da Administração Interna, expressa políticas opostas à do ministério, à do Governo e à da Assembleia da República e recentemente consagradas nesta última instância”, acrescentou.

Ângelo Correia considera ainda

“deplorável” a “apreciação errada sobre o que são as forças de segurança, nomeadamente a GNR” feita por Clemente Lima.

O presidente da mesa do Congresso do PSD sublinhou que “o país não precisa de ter dúvidas nesta matéria, precisa de afirmação e rigor”.

Na entrevista, publicada na íntegra na edição de hoje do Expresso, Clemente Lima sustenta que “o cumprimento da missão a qualquer preço, por parte dos agentes da autoridade”, pode “agravar o sentimento de insegurança” dos cidadãos.

“Há por aí muita ‘cowboyada’ de filme americano na mentalidade de alguns polícias, muito gosto na exibição da pistola, por andar à paisana”, afirmou, advogando que “as zonas de investigação criminal precisam de ser mais controladas”.

Clemente Lima entende que “há muita impertinência, intolerância, impaciência da parte da polícia” no “atendimento ao cidadão”, que, a seu ver, é sinal de “incompetência”.

“Acho isto intolerável. E ainda mais intolerável é a atitude das chefias, de alguma tolerância face a estes comportamentos”, afirmou,



acrescentando que “há carências absurdas” na GNR e PSP ao nível da formação em direitos fundamentais do cidadão. - Lusa

Nota da redacção: Não se pode deixar sem destaque o facto do Ministro da Administração Interna ter reagido, ante estas “afirmações de choque” do Inspector-Geral, com bondade evangélica, limitando-se a reafirmar a sua confiança nas polícias,

assim como quem diz “... olhe que não é bem assim, são bons rapazes e competentes, etc.”.

Ora, um dos dois - Ministro ou Inspector-Geral - estão em contradição irreparável e um dos dois tem a obrigação ética de “ir à vida”. E o Ministro, ou demite o Inspector-Geral, manifestando-lhe a sua falta de confiança política, ou apresenta a sua demissão - por ter perdido a confiança em si próprio! - PL

Deputados pelo PSD/Madeira apresentaram declaração de voto, sobre o Orçamento do Estado



Os três deputados pelo PSD/Madeira apresentaram uma declaração de voto, sobre o Orçamento do Estado (OE) de 2008, hoje aprovado no Parlamento, acusando a maioria PS de ter “chumbado” propostas “conversadas” com o Governo.

“Eram propostas que não tinham implicações no aumento da despesa e as que tinham procurámos apresentar soluções para a receita”, afirmou, após a votação, Guilherme Silva, que assina a declaração de voto com os outros dois deputados do PSD/Madeira, Hugo Velosa e Correia de Jesus.

“Foi efectivamente surpreendente que a maioria tenha reprovado estas propostas só por terem sido apresentadas pelos representantes da Madeira”, acrescentou.

Uma das propostas do PSD madeirense, segundo explicou, previa a concessão de isenções fiscais a uma empresa pública, a Madeira Parques, “a exemplo do que acontece com empresas equivalentes no continente”.

A outra sugeria aperfeiçoamentos em disposições relativas à Zona Franca e Centro Internacional de Negócios da Madeira, uma matéria que tinha sido “conversada com o Governo”.

O Orçamento do Estado de 2008 foi aprovado hoje, na Assembleia da República, apenas com o voto da maioria PS e com os votos contra de todas as bancadas da oposição - PSD, CDS-PP, PCP, Bloco de Esquerda e PEV.

PSD espera uma “decisão fundamentada” do P. R. sobre a lei de vínculos, carreiras e remunerações na função pública

O PSD afirmou no dia 22, que espera uma “decisão fundamentada”

do Presidente da República quanto à lei sobre vínculos, carreiras e remunerações na função pública, salientando que o diploma “tem falhas graves”.

“Temos a certeza que o Presidente da República levará em conta e analisará todos os argumentos (...) Aguardamos serenamente a posição do Presidente da República, virá com certeza uma decisão fundamentada”, afirmou o deputado do PSD Fernando Negrão, falando em nome da direcção social-democrata, em declarações aos jornalistas no Parlamento.

Sem apelar ao veto de Cavaco Silva ou ao envio do diploma para o Tribunal Constitucional, o PSD apontou, contudo, falhas graves na lei aprovada no Parlamento, apenas com os votos do PS, e que equipara juizes e magistrados do Ministério Público aos funcionários públicos, em matéria de vínculos, carreiras e remunerações.

“Esta lei tem graves problemas, põe em causa a independência dos juizes e a autonomia dos procuradores. Sem elas não estão assegurados os direitos e liberdades de todos nós”, frisou o ex-ministro da Justiça.

No entanto, o PSD não quer, por enquanto, pronunciar-se sobre a constitucionalidade do diploma.

“Aguardamos a decisão do Presidente da República”, disse.

Entretanto, em entrevista à revista Visão, o procurador geral da República, Pinto Monteiro, critica duramente este diploma dizendo que “começa a haver alguns sinais de que pode estar em perigo a autonomia do Ministério Público”.

“Não aceitarei ser um procurador-geral dependente do poder político”, vinca Fernando Pinto Monteiro.

“A primeira vez que li aquilo pensei que tivesse sido uma distracção do

Governo mas agora vejo, com grande espanto, que a prazo pode pôr os magistrados ao nível dos funcionários públicos. E isso é o fim da independência dos tribunais, pois os funcionários públicos dependem da tutela ministerial”, comenta Pinto Monteiro.

O Presidente da República, Cavaco Silva, recusou comentar o diploma e as declarações de Pinto Monteiro, apenas confirmando ter recebido quarta-feira, em Belém, a lei sobre vínculos, carreiras e remunerações na função pública.

“Não posso comentar observações, feitas seja por quem for, a leis que estão a ser objecto de análise [em Belém]. Nunca o fiz, não o irei fazer”, afirmou, limitando-se a explicar que tem constitucionalmente oito dias para decidir se envia a lei para o Tribunal Constitucional e 20 dias para promulgar ou vetar.

“Agora é o tempo do Presidente da República”, disse.

PSD anunciou a audição “muito urgente” do ministro da Saúde no Parlamento, para o apuramento da “verdadeira extensão dos danos” nas contas do ministério



O PSD anunciou no dia 22, que vai requerer a audição “muito urgente” do ministro da Saúde no Parlamento, para o apuramento da “verdadeira extensão dos danos” nas contas do ministério.

“Ao contrário de tudo quanto o ministro da Saúde tinha anunciado, o

saldo financeiro acumulado agravou-se em 2006 em cerca de 31 por cento, aproximando-se dos mil milhões de euros”, afirmou a deputada do PSD Ana Manso, numa reacção a um relatório do Tribunal de Contas (TC) hoje entregue no Parlamento.

O relatório do TC conclui que a informação económico-financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde (SNS), quer de 2005 quer de 2006, “continua a não dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira” do SNS, nem “dos resultados do conjunto das entidades que integram o SNS”.

A metodologia de consolidação “não garante que o resultado dessa informação seja exacto e integral”, assinala o relatório sobre o “Acompanhamento da Situação Económico Financeira do SNS de 2006”, hoje entregue à Assembleia da República.

Em declarações aos jornalistas no Parlamento, Ana Manso anunciou que, perante “a derrocada da credibilidade das contas públicas do SNS” provocada pela divulgação deste relatório, o PSD vai requerer “a presença muito urgente do ministro da Saúde a fim de se poder aquilatar a verdadeira extensão dos danos”.

“O país e o PSD sentem-se profundamente defraudados com a mistificação que paira nas contas do ministério da Saúde”, frisou, considerando que o relatório do Tribunal de Contas agora divulgado “confirma que a informação económica e financeira fornecida pelo Governo não dá uma imagem nem verdadeira, nem apropriada, da real situação financeira do ministério”.

Além disso, acrescentou, a partir de agora tudo o que o ministro da Saúde, o primeiro-ministro ou o ministro das Finanças possam “propagandear” em matéria de controlo das contas públicas “carece de transparência e de demonstração”.

“O ministro da Saúde brinda o país com números ao acaso”, acusou a deputada social-democrata, assinalando o “fortíssimo agravamento” da situação económica das entidades que integram o SNS verificado em 2006, “que se cifrou num decréscimo de 233,4 por cento nos respectivos resultados operacionais”.

“Nas entidades pertencentes ao sector publico administrativo passou-se de um saldo financeiro positivo, em 2005, para um saldo negativo de 270 milhões de euros em 2006”, acrescentou ainda Ana Manso.



O Bloco de Esquerda também já anunciou que irá chamar o ministro da Saúde ao Parlamento, por considerar que o relatório do Tribunal de Contas “arrasa as contas divulgadas pelo Governo relativas ao exercício de 2006 do SNS e põe em causa o rigor e a transparência”.

Entretanto, também o CDS-PP já exigiu esclarecimentos do ministro da Saúde sobre o relatório do Tribunal de Contas, apontando “discrepâncias” entre os números deste organismo e os apresentados por Correia de Campos no debate do Orçamento de Estado.

A pedido do PSD, PS aceita adiar lei orgânica da PJ e quer amplo consenso sobre o diploma



O PS aceitou no dia 20, o pedido do PSD para adiar a votação na especialidade da lei que aprova a orgânica da Polícia Judiciária (PJ) e declarar que pretende um amplo consenso em relação ao diploma.

A votação da lei na especialidade estava agendada para este dia, na Comissão de Assuntos Constitucionais, mas o PSD pediu que fosse adiada até serem conhecidas as versões definitivas da Lei de Segurança Interna e da Lei de Organização da Investigação Criminal.

O deputado social-democrata Luís Montenegro argumentou que a lei que aprova a orgânica da PJ remete para esses dois diplomas e que “portanto é de todo em todo conveniente” que aguarde por essa nova legislação.

“Concordamos genericamente com o PSD”, afirmou, em seguida, o deputado do PS Ricardo Rodrigues.

“A busca do consenso é sempre preferível a encontrarmos soluções sozinho, o que podíamos fazer. Queremos que as soluções obtenham o maior consenso possível, com contributos não só do PSD, mas de todos os outros partidos”, acrescentou o socialista.

Nenhum partido se opôs ao adiamento da votação.

Governo “viola sistematicamente” o princípio da proporcionalidade e até do “bom-senso” na relação com os

contribuintes

Também na mesma sessão, o PSD acusou o Governo de “violar sistematicamente” o princípio da proporcionalidade e até do “bom-senso” na relação com os contribuintes, considerando que o combate à evasão fiscal não justifica o “atropelo” dos direitos dos cidadãos.

“O Governo está a violar sistematicamente o princípio da proporcionalidade e até do bom-senso”, criticou o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Patinha Antão, numa reacção à notícia do Diário Económico de que o Fisco “tem ordem para cobrar ao máximo até ao final do ano”.

Ainda de acordo com o Diário Económico, a instrução do novo director-geral dos Impostos, Azevedo Pereira, foi taxativa: “Afectar às tarefas de cobrança coerciva todos os recursos possíveis”.

Classificando esta orientação como “estranha”, Patinha Antão criticou a “imponderação” do director-geral dos impostos, considerando que é “inaceitável” que surja este tipo de “intimidação” aos serviços.

“A prática não é a mais adequada”, salientou, preconizando que se deve lidar com este tipo de situações de forma “discreta”.

Patinha Antão acusou ainda o Estado de estar a executar penhoras sem antes notificar os contribuintes das suas dívidas, sublinhando que “o combate à fraude e evasão fiscal não ser justificação para a administração atropelar e esmagar os legítimos direitos” dos contribuintes.

A este propósito, o vice-presidente da bancada social-democrata lembrou que “o Governo tem obrigação de notificar os contribuintes das suas dívidas”, tendo estes, a partir dessa notificação 30 dias para pagar os montantes em atraso de forma voluntária, 60 dias para impugnar judicialmente a decisão e 90 dias para fazer a reclamação graciosa.

“Há notícias claras de que os contribuintes não são notificados das suas dívidas”, frisou, adiantando que, em alguns casos, está-se a falar de montantes que não ultrapassam os 20, 30 ou 40 euros.

O vice-Presidente do grupo parlamentar do PSD, que falava aos jornalistas no Parlamento, lembrou ainda as recentes declarações do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que disse que as grandes empresas também fazem fraudes fiscais.

“A forma como apresentou publicamente a matéria, sem nomear claramente as entidades que prevaricam é uma forma imponderada e que pode causar alarme social”, criticou Patinha Antão, que, ainda acerca das orientações do director-geral dos impostos para que o máximo dos recursos seja afectado à cobrança de dívidas, revelou também que o PSD pondera chamar, mais tarde, o ministro das Finanças ao Parlamento para esclarecer “o que se está a passar”.

– Fontes: GP/PSD, Lusa

Mendes Bota promove celebração do “Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres



O deputado Mendes Bota tomou a iniciativa de celebrar o Dia Internacional Pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, que decorre hoje, enviando uma carta a todos os seus colegas parlamentares do sexo masculino, convidando-os a formar um grupo de activismo por esta causa, correspondendo assim ao apelo lançado pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, começando com uma carta aos Deputados, cujo teor segue:

Os parlamentares do sexo masculino ainda constituem hoje cerca de 80% dos eleitos para os parlamentos de toda a Europa, com um poder legislativo e normativo imenso. A sociedade pode mudar bastante, por força da sua vontade política.

Acredito que é chegado o tempo de um maior envolvimento desses homens legisladores no grande projecto da igualdade de oportunidades, lidando com questões como as da saúde reprodutiva, das responsabilidades parentais ou da conciliação entre a família, o trabalho e a economia, sem esquecer, naturalmente, o combate sem tréguas à violência doméstica que envolve crianças e idosos, mas atinge sobretudo, em grande proporção, as mulheres.

A violência contra as mulheres é o mais óbvio dos atentados à sua dignidade como seres humanos. Mais não é que o reflexo de um poder desigual nas relações entre homens e mulheres, ainda prevalecente na nossa sociedade. Essa violência e essa desigualdade, afectam as mulheres em muitas outras áreas para lá do sofrimento físico ou psíquico.

Nos campos profissional, educativo e até político, é importante reconhecer que os homens têm um papel fundamental a desempenhar para empurrar as questões da igualdade de género para o topo da agenda do debate, trabalhando para uma sociedade mais igualitária nas oportunidades que gera.

Na campanha actualmente em curso, pelos 47 Estados membros do Conselho da Europa, subordinada ao lema “Fim à Violência Doméstica Contra as Mulheres”, um dos grandes objectivos consiste em sublinhar a importância de um maior envolvimento dos homens nesta luta, que visa a transformação das leis, mas sobretudo das mentalidades.

Na sua sessão de 5 de Outubro de 2007, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovou, por unanimidade, uma resolução que teve a oportunidade de apresentar, na qualidade de relator para esta matéria, na qual se apela a todos os parlamentos nacionais para que promovam a criação de grupos de deputados do sexo masculino comprometidos na luta contra a violência que se abate sobre as mulheres, tendo por objectivo uma actuação nos respectivos países, e funcionando em rede pan-europeia.

Esta proposta inspirou-se na criação no seio do parlamento da Suécia, em 2002, por iniciativa do deputado Lars Granberg, de um grupo de parlamentares do sexo masculino que, desde então, se tem envolvido nos debates e nas acções no terreno relativas a esta candente temática.

É, por tudo quanto atrás ficou dito, e em celebração do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, neste 25 de Novembro de 2007, que tomei a iniciativa de me dirigir aos colegas da Assembleia da República, no sentido de aderirem a esta causa, pelo que aqui deixo a V. Exa. o convite para integrar um grupo de parlamentares portugueses do sexo masculino cujo objectivo será intervir cívica e politicamente, dentro e fora das paredes do Palácio de S. Bento, lutando contra a violência que se abate sobre as mulheres, e pela criação de condições para uma profunda transformação da sociedade portuguesa, particularmente neste aspecto. - Assinado, J. Mendes Bota

INTERVENÇÃO
DEPUTADO VIRGILIO COSTA
A.R., 22 DE NOVEMBRO DE 2007



Senhor Presidente,
Senhores Membros do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, propõe uma alteração ao artigo 20º da Proposta de Lei nº 162/X.

Concretamente propõe que o montante da participação das autarquias locais nos impostos do Estado (IRS/IRC/IVA), seja de 2.646 milhões de euros, e não de 2.406 milhões de euros como o Governo sugere na sua proposta.

São razões de princípio, de rigor e de coerência que nos motivam nesta iniciativa.

Razões de princípio que se suportam na exigência das expectativas criadas e das promessas feitas e do cumprimento rigoroso da Lei.

A Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, prevê que a repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios seja obtida através, de uma subvenção geral determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) cujo valor é igual a 25,3% da média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS, IRC e IVA).

Esclarece o nº 2 do artº 19º da referida lei esta receita de impostos é a correspondente à receita líquida dos mesmos, no penúltimo ano relativamente àquele a que o Orçamento de Estado se refere.

Ora, para o Orçamento de Estado de 2008 (OE 2008) o ano que serve de referência é o ano de 2006.



Em 2006 o crescimento médio das referidas receitas fiscais foi de cerca de 8%. Aplicadas que sejam de forma correcta as disposições legais

que aqui já foram citadas encontraremos o valor que corresponde às transferências propostas pelo PSD.

Razões de coerência que se exigem para o cumprimento dos compromissos assumidos através de posições públicas indutoras de expectativas novas como as que gerou o Senhor Primeiro Ministro, Engº José Sócrates em 10 de Dezembro de 2005, quando afirmou “quando as receitas fiscais sobem, as Câmaras Municipais devem ter também mais transferências do estado. Quando as receitas fiscais diminuem, também as Câmaras Municipais devem partilhar uma contenção orçamental, tal como o Estado.”

Expectativas que criou o Senhor Secretário de Estado do Orçamento em 11 de Outubro do corrente ano, quando afirmou: “Como os impostos cresceram significativamente nos anos de referência, e como nós estamos a aplicar a lei, o crescimento das

transferências faz-se na mesma proporção do crescimento das receitas fiscais. É assim que está previsto na Lei das Finanças Locais, portanto as transferências para as autarquias vão crescer significativamente em 2008”.

Entendemos estas afirmações no seu preciso contexto e interpretamos que elas constituem sinais de um compromisso que o Governo quis assumir perante os autarcas e perante as populações que eles representam.

Não pode agora o Governo além de frustrar estas legítimas expectativas vão pelo contrário acrescentar novos compromissos e novos constrangimentos às Autarquias.

Acompanhamos as justas reivindicações da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e também entendemos que a introdução do nº 2 do artigo 29º na Lei das Finanças Locais foi operada com um carácter meramente transitório - se assim não fosse como parece pretender o Governo com este Orçamento do Estado - ela justificaria um outro número do artigo 19º - como um limite ao crescimento do montante global anual a transferir para os municípios - e não, uma norma integrada no artigo 29º.

Senhor Presidente,
Senhores Membros do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,

A aceitação desta proposta, implicará, sem dúvida, o regresso ao espírito genuíno da Lei nº 2/2007 expurgando entendimentos subjectivos feitos ao sabor de circunstâncias e de variáveis que nada têm a ver com as autarquias nem com a defesa dos seus melhores interesses.

O Partido Social Democrata apresenta esta proposta como um contributo positivo visando a harmonização entre aquilo que “o Governo em regra promete” e “em regra não cumpre”.

Entre aquilo que existe na propaganda e aquilo que existe na realidade.

As autarquias e os autarcas merecem este acrescento de clarificação e de verdade.

É bem dirigido todo o esforço que se destina a melhorar a qualidade de vida das comunidades locais e consequentemente das pessoas que nelas vivem.

Disse.





Intervenção do Deputado Mário Patinha Antão A.R., 22 de Novembro de 2007

Debate na Especialidade em
Plenário
OE 2008

Capítulo Disciplina Orçamental da
Proposta de Lei – Artigo 6º

Entramos agora na apreciação da
Proposta de Lei do Governo, à luz dos
critérios legais da Disciplina
Orçamental, em matéria de Rigor e
Transparência, e à luz do que o debate
parlamentar, até agora, provou.

E o que o debate já provou que o
Rei vai nu.

Que a imagem de campeão do
Rigor e Transparência que este
Governo tem procurado vender ao País
não passa de Publicidade Enganosa.

Com efeito,

a) Ficou já provado que este
Orçamento viola a Lei de
Enquadramento Orçamental.

Esta proíbe a consignação de
receitas fiscais, excepto se temporárias
e de interesse público excepcional.

A consignação de uma parte do
ISP, eufemisticamente chamada CSR,
não será temporária, porque durará 75
anos (conforme sublinhou o deputado
Manuel Alegre), isto é, durará o prazo
da concessão geral que o Estado acaba
de entregar à EP (Estradas de
Portugal).

E não serve nenhum interesse
público excepcional, pela razão
simples de que o prejudica com uma
gravidade excepcional.

b) Mas este Orçamento viola
também a promessa solene do PM de
jamais recorrer a operações de
desorçamentação, promessa sobre a
qual construiu a sua imagem de Rigor.

Com efeito, ficou provado, perante
a surpresa da Câmara que, afinal o
Estado tem vindo a fazer calotes, não
pagando a tempo e horas os seus
compromissos contratuais.

b.1) Não paga a tempo e
horas, aos seus fornecedores de bens e

serviços. Tem dívidas atrasadas, muitas
delas mais do que um ano que, num
apanhado do que veio a público,
ascendem a pelo menos 1 000 M€..

Lança no desespero e nas aflições
de tesouraria milhares e milhares de
PME, pondo em risco os seus postos
de trabalho,

E vem agora com um programa
“piffo” prometer que vai começar a
pagar estas dívidas, não se sabe a quem,
nem quando, nem com que meios
orçamentais.

b.2) Não paga igualmente os
compromissos que este mesmo
Governo contratualizou com as
Autarquias Locais e as Regiões
Autónomas e os calotes do Estado
ascendem aqui, respectivamente, a 200
M€ e a 125M€.

Por outro lado, este Orçamento
viola também os mais elementares
princípios da Transparência
Orçamental

c) O PM fez profissão de fé de que
jamais recorreria a Receitas
Extraordinárias e este Orçamento é um
verdadeiro festival de Receitas
Extraordinárias.

c.1) A “coisa” começou
com a concessão, e por ajuste directo,
à EDP da componente hidroeléctrica
da Barragem do Alqueva - Receita
Extraordinária de 208 M€ e
Pagamento Antecipado (adivinha-se
porquê) de 195 M€ .

c.2) A “coisa” que já se
pratica no sector da Água, soube-se
agora, vai aumentar em breve em
grande escala.

c.3) E é escandalosamente grande
a fraude orçamental que se desenrola
perante a Câmara, à medida que se vão
conhecendo os detalhes sobre o
financiamento futuro da EP e sobre a
utilização que o Governo pretende dar
à transformação da EP em SA.

Depois de muito instado, o MF
acabou por revelar ontem, na COF, que
o valor dos activos envolvidos na
concessão geral do Estado à EP, por
75 anos é, de 11,5 M€. E que a EP



pagará ao Estado uma renda anual
crescente que começa em 150 M€, e
não será inferior em velocidade de
cruzeiro a 500 M€ por ano.

Mas, entre os vários segredos de
Polichinelo em neste nevoeiro
orçamental abundam, alguns já estão
à vista de todos.

Obviamente a EP é hoje uma
empresa em falência técnica – Disse-o o
Tribunal de Contas, disse-o ontem o MF
ao revelar, finalmente, que o défice da
EP ascenderá em 2007 a 400 M€, isto é,
duas vezes o valor do seu capital próprio.

Mas não há festança a que não
venha a D. Constança para dizer, como
o Senhor Pangloss que “Tudo vai no
melhor dos Mundos”.

Pois bem,

Façamos um breve exercício, para
apurar com os critérios orçamentais de
D. Constança, o défice orçamental
prospectivo de 2008, a partir do valor
previsto, pelo Governo de 2,4%.

Dotação Provisional de 600 M€ -
vai ser gasta nomeadamente para pagar
os aumentos salariais dos funcionários
públicos, aumente-se a despesa, em
0,35% do PIB (e nada de sólido está

no Orçamento do Estado que permita
pensar que este aumento de despesa
está contemplado).

Cativações de 280 M€ - vão ser
descativadas, aumente-se a despesa em
0,16% do PIB

Receitas Extraordinárias - 208 M€
da concessão da componente
hidroeléctrica da barragem do Alqueva
à EP, expurgue-se da receita
orçamental, abata-se 0,12% do PIB;
idem da concessão geral às Estradas de
Portugal, no montante de 500 M€,
expurgue-se da receita orçamental,
abata-se 0,29% do PIB.

Concluir-se-á pois que o verdadeiro
défice para 2008, segundo os critérios
que o Ministro das Finanças sempre
tem validado, não é 2,4% como
pretende o Governo, mas sim no
mínimo 3,93% ou de 4,71% numa
reponderação mais completa.

E é por isso que o Ministro das
Finanças deve responder nesta Câmara se
aceita ou não que os critérios que sempre
tem validado para definir o que é RIGOR
e TRANSPARÊNCIA se apliquem ao
Orçamento do Estado para 2008.

Disse.



INTERVENÇÃO DO DEPUTADO JORGE NETO Encerramento do Debate do Orçamento de Estado para 2008 23.Novembro.2007

Senhor Presidente
Senhor Primeiro Ministro
Senhores Membros do Governo
Senhores Deputados

1. No final do debate na especialidade do Orçamento de Estado para 2008, impõe-se fazer um balanço sério sobre o rumo das políticas públicas ali apresentadas que vão condicionar a vida e o bem-estar dos cidadãos nos tempos vindouros. E impõe-se fazê-lo seguindo a metodologia um dia proposta por Vitorino Magalhães Godinho, na sua obra *Portugal, a Pátria Bloqueada* isto é, “tomar consciência dos problemas da colectividade ...”, “... reflectir nas opções possíveis e desejáveis”, ... “afastar resolutamente o optimismo beócio, capa de interesses instalados que querem permanecer inconfessados”.

É bom rememorar, desde logo, que este Governo inicia funções em 2005 num momento em que ocorre uma relevante mudança no modo com o Pacto de Estabilidade e Crescimento via as finanças públicas dos Estados Membros, designadamente no que concerne a despesas com investimentos públicos e reformas estruturais importantes.

As regras rígidas do artigo 104º do Tratado da União Europeia de 3% do PIB em matéria de défice excessivo e de 60% do PIB em sede de dívida excessiva, passaram a interiorizar uma maior flexibilidade e gradualismo atendendo à heterogeneidade de cada país, reformando drasticamente a noção de recessão grave, revalorizando a despesa de investimento (FBCF) e sublinhando a necessidade de reformas estruturais importantes.

Estavam assim abertas de par em par as portas para uma reforma do Estado, na Administração Pública, na Saúde, na Educação, na Justiça e na Segurança Social.

Acresce que desde 2005 que este Governo dispõe de uma conjuntura política única muito favorável à realização de reformas estruturais importantes, no caso uma maioria absoluta estável no Parlamento e um Presidente da República sempre disposto a apoiar, numa base inovadora de cooperação estratégica.

2. O saldo, porém, destes dois anos e meio já decorridos de governação socialista é, porém, uma profunda desilusão.



Pese embora a mudança de paradigma decorrente da revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento, não se procedeu a uma verdadeira consolidação orçamental e às reformas estruturais importantes, apesar de anunciadas com pompa e circunstância (matéria em que o Governo é mestre) estão ainda por fazer.

É a diferença lapidar entre a retórica discursiva e a acção concreta.

Efectivamente a consolidação orçamental tem sido feita, preferencialmente do lado da receita e não do lado da despesa. Recorrendo a um brutal aumento da carga fiscal e ao corte no investimento público, ao arrepio de tudo quanto foi prometido. E negligenciando um verdadeiro corte na despesa pública corrente que continua invariavelmente a crescer desmesuradamente ao longo dos dois últimos anos. E nem se venha agora

brandir o argumento da redução das despesas de pessoal em relação ao PIB de 14,4 em 2005, para 13,6 em 2006 e 12,8 em 2007. É que a redução das despesas de pessoal foi significativamente influenciada pela sua transferência para os hospitais EPE, facto relevante e incontornável que o Governo omite neste Orçamento.

E só se explica que o défice público tenha sido abaixo do previsto em 2006 e 2007, pela comezinha razão de que o valor efectivo das receitas foi sempre maior que o das despesas face aos montantes inicialmente orçamentados. Sem desprimor, naturalmente, do contributo inestimável do sucesso do combate à fraude e à evasão fiscal, implementada no Governo anterior.

3. Fazendo jus ao “optimismo beócio” de que nos fala Vitorino Magalhães Godinho, o Primeiro



Ministro teima em não ver esta realidade, ficcionando um País virtual que verdadeiramente não existe. E vai daí apresenta a esta Câmara um Orçamento para 2008 supostamente estribado, como já vem sendo hábito, em três linhas axiais:

- Um Orçamento de consolidação e rigor, no caminho do equilíbrio das contas públicas;
- Um Orçamento amigo da economia, na medida em que seria um estímulo ao seu crescimento;
- Um Orçamento com prioridades sociais, dado o seu particular empenho no desenvolvimento de políticas sociais.

Manda a verdade que nada disto tem a aderência à realidade no Orçamento que temos vindo a debater.

Desde logo, e em primeiro lugar, é público e notório que este Orçamento manda às malvas qualquer esforço, sério e credível, de consolidação orçamental. Só assim se compreende, aliás, que a despesa pública total em 2008, suba relativamente a 2007, respectivamente 4,4% na despesa pública total, 4,2% na despesa pública corrente e 4,2% na despesa corrente primária. Um cenário assustador de subida em espiral da despesa, superior ao dobro da inflação prevista de 2,1% para 2008. Não é só semântica, Senhores Deputados, é mesmo substância.

Em segundo lugar, não é um Orçamento de rigor porque não só incorpora as incertezas do cenário macroeconómico mundial, com a crise nos mercados financeiros e, a subida vertiginosa do petróleo e a expectável quebra da procura das nossas exportações, induzindo um menor crescimento económico. Não revela com exactidão os encargos orçamentais decorrentes das parcerias público-privadas, não quantifica o impacto decorrente da transformação das Estradas de Portugal em sociedade anónima e não esclarece, com transparência, a verdadeira situação económico-financeira do Serviço Nacional de Saúde, como recentemente sublinha o Tribunal de Contas.

Em terceiro lugar, não é um Orçamento amigo da Economia porque para isso seriam necessárias políticas pró-activas, sagazes e visionárias, designadamente que criassem as condições objectivas para um novo modelo de desenvolvimento económico, centrado no



conhecimento, na inovação e na tecnologia, tirando partido dos Fundos Comunitários e aproveitando sensatamente a última oportunidade do QREN.

Em quarto lugar este também não é um Orçamento com sensibilidade social, uma vez que não perspectiva políticas que augurem o combate com sucesso ao flagelo do desemprego, apostando numa qualificação profissional efectiva e frutuosa, pondo termo ao histórico descalabro da formação profissional em Portugal ao longo dos últimos 20 anos, um verdadeiro hino à incompetência e à delapidação irresponsável de dinheiros públicos. Ignora olímpicamente os reformados, os deficientes e os mais desprotegidos

Em quinto lugar, este não é um Orçamento potenciador da coesão social e territorial, porque não adopta medidas substantivas para combater as assimetrias regionais, designadamente para inverter o centralismo e a concentração demográfica no litoral em geral e em Lisboa em particular, colocando o nosso País em termos de desequilíbrio demográfico ao nível de países como o Congo ou a Guatemala, como revela um recente estudo das Nações Unidas.

Senhor Presidente
Senhor Primeiro Ministro
Senhores Membros do Governo
Senhores Deputados

4. A análise lúcida e arguta deste Orçamento leva-nos a uma conclusão inexorável: este Orçamento é um Orçamento de transição para um ciclo eleitoral que se avizinha, criando as condições objectivas a montante para uma descida de impostos a jusante, algures em 2009. Aliás, na linha das declarações do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, pese embora a comprometedor hesitação quanto ao timing exacto da sua concretização.

É pena, porque, a “tirania das circunstâncias” de que nos fala Galbraith, exigiria que, responsabilmente, se apostasse na consolidação orçamental para o equilíbrio das contas públicas, como condição necessária a uma economia sã.

Um elevado défice público não gera, numa economia aberta e de baixa competitividade externa, crescimento económico sustentado. Ao invés, contribui para o aumento da dívida



pública e para o agravamento de desequilíbrio externo que já hoje registamos.

É pena, porque, a “tirania das circunstâncias”, exigiria que, responsabilmente, o Estado reduzisse o seu peso na economia, por via de uma reforma conceitual e administrativa que o tornasse mais ágil, menos oneroso e mais eficiente. “Menos Estado, Melhor Estado” na esteira do propugnado por Habermas.

É pena, porque, a “tirania das circunstâncias”, exigiria que, responsabilmente, se fizesse a reforma da Saúde, acabando com o endividamento desconhecido e em acumulação junto de prestadores de serviços e de fornecedores, clarificando de forma transparente a situação económico-financeira do Serviço Nacional de Saúde e definindo de uma vez por todas, com visão estratégica, o sistema de financiamento da Saúde, sabido como é que o crescimento das despesas é e será sempre superior ao crescimento económico anual.

É pena porque a “tirania das circunstâncias” exigiria responsabilmente, uma reforma na área da Educação que pusesse termo ao excesso de regulamentação e ao desbaratamento sistemático de avultados recursos financeiros, derivado da desorganização, da indisciplina e da irresponsabilidade que reinam nos meios escolares. A escola tem de ser um lugar de rigor, de exigência e de competência. Não um mero depositário dos filhos, onde se cultiva o laxismo e o facilitismo.

É pena, porque, a “tirania das circunstâncias”, exigiria que, responsabilmente, para combater o flagelo do desemprego se enveredasse por uma política de verdadeira

qualificação dos recursos humanos que virasse a página do descalabro de vinte anos de formação profissional em Portugal, pelos vistos ainda em curso com gigantescas operações estatístico-burocráticas, onde se delapidam milhões de euros, sem qualquer retorno ou aproveitamento.

É pena, porque, a “tirania das circunstâncias”, exigiria que, responsabilmente, a incerteza de um cenário macroeconómico que baliza este orçamento, com crise nos mercados financeiros mundiais e uma subida exponencial do petróleo, perspectivando um crescimento económico inferior ao previsto, deveria ser uma oportunidade para desenvolver as necessárias acções estruturais que permitissem ao País ganhar a competitividade que perdeu desde o início dos anos 90 e corrigir as assimetrias territoriais existentes, reforçando o investimento na economia do conhecimento, da inovação e da tecnologia

É pena, porque, a “tirania das circunstâncias”, exigiria que, responsabilmente, o Orçamento não descursasse a sensibilidade social que deve estar sempre presente no tocante aos mais desprotegidos, concretamente os reformados e os deficientes, uma vez mais objecto de indiferença, quando não mesmo de discriminação negativa nas políticas públicas.

É pena, porque, a “tirania das circunstâncias”, exigiria que, responsabilmente, o Orçamento fosse um instrumento de promoção da coesão social e territorial e não uma arma de arremesso para criar um anátema despesista sobre as autarquias, municípios e freguesias, ou um ultraje ignóbil à autonomia das Regiões Autónomas, numa clara flagrante e ostensiva violação do espírito das Leis

de Finanças Locais e das Finanças Regionais.

É pena, porque, a “tirania das circunstâncias”, exigiria que, responsabilmente, a credibilização do instrumento político e de pedagogia económica que é o Orçamento não fosse doravante maculada com a inenarrável operação das Estradas de Portugal, a inqualificável desorçamentação no Serviço Nacional de Saúde ou ainda com o secretismo nebuloso e intolerável do verdadeiro impacto orçamental de todas as parceiras público-privadas.

É isto que avulta, com substância, relevo e notoriedade deste debate. O resto é mera retórica de ocasião, balofa e inconsequente, que a voragem dos tempos se encarregará de dissipar.

Nesta sede, e sem “optimismos beócios”, na linha de Vitorino Magalhães Godinho, em termos de credibilidade e rigor, este Orçamento mais do que uma falácia ou um logro, é um verdadeiro embuste que dissimula o único desiderato que lhe subjaz: acomodar a política orçamental a um cenário favorável ao ciclo eleitoral que se aproxima com vista à distribuição de benesses a bel talante do Governo, designadamente a descida de impostos. Mandando às urtigas, sem apelo nem agravo o esforço de consolidação orçamental e os sacrifícios neste interim já cobrados aos Portugueses.

Mas o Povo é sábio. Como um dia disse Lincoln “... podereis enganar toda a gente durante um certo tempo; podereis mesmo enganar algumas pessoas todo o tempo; mas não vos será possível enganar sempre toda a gente”.

Disse.

Carlos Coelho exige à Comissão e ao Conselho medidas para melhor protecção de dados

Na sequência da brecha de segurança que levou ao desaparecimento de dados de 25 milhões de cidadãos do Reino Unido, o Deputado Europeu do PSD Carlos Coelho (PPE-DE) e a Deputada inglesa Sarah Ludford (ALDE - Liberais) dirigiram uma carta ao Vice-Presidente da Comissão Europeia e responsável pela Justiça, Liberdade e Segurança Franco Frattini e aos Ministros Rui Pereira (Administração Interna) e Alberto Costa (Justiça)

Nesta missiva e na qualidade de Relatores do Parlamento Europeu para o Sistema de Informação de Vistos e para o Sistema de Informação de Schengen, os Deputados mostraram a sua preocupação por esta brecha de segurança e pedem à Comissão e ao Conselho mais medidas para aumentar a segurança da circulação da dados, como por exemplo impedindo que possam ser feitas cópias de dados com



Carlos Coelho recebe Deputados da Letónia para avaliar Espaço Schengen

O Deputado Europeu do PSD Carlos Coelho, na qualidade de Relator permanente do Parlamento Europeu para as matérias relacionadas com o Espaço Schengen, recebeu hoje em Bruxelas uma Delegação de Deputados das Comissões de Defesa, Assuntos Internos e Prevenção da Corrupção do Parlamento da Letónia.

Esta Delegação tem como responsabilidade acompanhar no Parlamento Letão as actividades do governo ao nível da aplicação do acervo comunitário de Schengen.

Com esta visita os Deputados tinham como objectivo conhecer a opinião do Deputado do PSD sobre o nível de preparação da Letónia para cumprir os objectivos e exigências de Schengen bem como agradecer o empenho de Carlos Coelho em todo este processo.

informação sensível em formatos móveis como cd rom's ou disquetes. Recordam ainda que durante as negociações do SIS 2, a maior preocupação do PE foi exactamente a segurança das chamadas "cópias técnicas".

Segundo Carlos Coelho "o Parlamento Europeu continua a ver como prioritária a necessidade de reforçar os mecanismos de protecção de dados, cuja fragilidade actual, como ficou bem patente neste caso ocorrido

no Reino Unido, põe em causa as liberdades individuais dos cidadãos europeus."

A proliferação de cada mais e maiores bases de dados, contendo também já dados biométricos, vem aumentar o risco e as consequências de mais brechas de segurança como a que agora se verificou e "cujas consequências ainda não são possíveis de avaliar" como referiu o Deputado do PSD.

Após "esta demonstração pública da fragilidade da protecção de dados" Carlos Coelho e Sarah Ludford pedem à Comissão e à Presidência do Conselho que retire as "devidas ilações em relação às actuais normas em vigor" mas sobretudo que "sirva de lição para aquelas que se preparam para o futuro." A terminar os Deputados sugerem a criação de um Livro Verde sobre os riscos e a salvaguarda necessária para assegurar a protecção de dados.

Carlos Coelho apoia inclusão de produtos de cutelaria no Regulamento sobre "país de origem"



O Deputado Europeu do PSD Carlos Coelho, apelou aos restantes Deputados portugueses no PE para assinarem uma Declaração Parlamentar sobre a denominação de origem dos produtos de cutelaria europeia.

A Comunidade não dispõe de qualquer legislação que regule a denominação de origem dos produtos industriais, nomeadamente no sector da cutelaria, o que a coloca numa posição de desvantagem relativamente aos seus parceiros, e sendo as empresas europeias de cutelaria afectadas pela concorrência desleal devido à carência de disposições harmonizadas sobre a denominação de origem,

Interessa aos consumidores obter informação sobre o país em que o produto é fabricado, sendo por isso necessária uma regulamentação europeia que permita reconhecer as especificidades do património da cutelaria europeia, confrontando-as com as dos produtos de contrafacção que utilizam indevidamente as características dos originais. Essa regulamentação contribuiria para a manutenção de numerosos empregos nas regiões de

fabrico da cutelaria da Europa, designadamente em Portugal.

Desta forma os Deputados pretendem que o Parlamento Europeu peça ao Conselho que inclua, o mais rapidamente possível, os produtos de cutelaria no âmbito de aplicação da sua proposta de regulamento relativa à indicação do país de origem de certos produtos importados de países terceiros (documento 5091/06);



Rede transeuropeia de transportes (RTE-T): As propostas de financiamento da Comissão centram-se nos projectos transfronteiriços e nos modos de transporte sustentáveis



ferroviário (ERTMS), dos sistemas inteligentes de transporte (ITS) e da gestão do tráfego aéreo (ATM).

Para além do programa plurianual, a Comissão seleccionou igualmente diversos projectos no quadro do programa RTE-T para 2007. Graças ao seu carácter anual, este programa completa o programa plurianual, introduzindo-lhe um elevado grau de flexibilidade, a fim de satisfazer as novas necessidades. Para o programa anual, o apoio total solicitado, 945 milhões de euros, excedeu largamente o orçamento comunitário disponível de 112 milhões de euros.

Estes projectos propostos serão transmitidos aos Estados-Membros e ao Parlamento Europeu. Após acordo do Comité de financiamento das TEN, o Parlamento Europeu exercerá o seu direito de análise rigorosa. A Comissão deverá adoptar as suas decisões finais relativas ao financiamento dos projectos no início do próximo ano.

A lista completa dos projectos propostos para co-financiamento pode ser consultada em MEMO/07/491

Para mais informações sobre as redes transeuropeias de transportes, consultar o seguinte endereço Internet:

http://ec.europa.eu/ten/transport/index_en.htm

A Comissão Europeia apresentou as suas propostas para financiamento de projectos no domínio das RTE-T para o período 2007-2013. Ao seleccionar os projectos, a Comissão deu prioridade aos projectos transfronteiriços e aos modos de transporte não poluentes, tais como as vias navegáveis interiores e o transporte ferroviário. Na sequência da publicação de quatro convites à apresentação de propostas, a Comissão recebeu 221 propostas de projectos. O apoio solicitado (mais de 11,5 mil milhões de euros) excedeu largamente o orçamento comunitário disponível que era de 5,1 mil milhões de euros.

“As decisões propostas são uma resposta ao grande desafio colocado pelas políticas de transportes e as RTE e darão origem a um elevado valor acrescentado para a UE, aumentando simultaneamente a sustentabilidade dos transportes na Europa”, declarou o Comissário Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão responsável pelos transportes.

A selecção dos projectos é uma expressão clara do objectivo anunciado pela Comissão no sentido de concentrar, na medida do possível, o apoio disponível nos troços transfronteiriços

sensíveis. Essa preocupação é demonstrada pela parte global dos trabalhos e estudos consagrados aos troços transfronteiriços, correspondente a 56% do financiamento total.

Os projectos seleccionados satisfazem igualmente os objectivos da Comissão em matéria de desenvolvimento sustentável dos transportes. A Comissão tenciona atribuir o máximo financiamento possível a projectos no sector das vias navegáveis interiores. O montante total afectado a estes projectos representa 11,5% dos recursos globais disponíveis para os 30 projectos prioritários, enquanto a parte destinada ao transporte ferroviário representa 74,2%.

Dos projectos que recebem apoio significativo constam a linha de alta velocidade entre Lisboa e Madrid (Évora-Merida), o eixo ferroviário «Rail Baltica», os estudos relativos à ligação “Trieste-Diva” entre a Eslovénia e a Itália, a ligação fixa rodo/ferroviária de Fehmarn Belt, as ligações ferroviárias transalpinas entre Brenner e Mont-Cenis, o canal Sena-Escaut e o desenvolvimento do Danúbio. Além disso, a Comissão seleccionou propostas no domínio do sistema europeu de gestão do tráfego

Sérgio Marques na Venezuela para acompanhar referendo à constituição



O Deputado madeirense do PSD ao Parlamento Europeu, Sérgio Marques, parte hoje, 4ª feira, para Caracas, capital da Venezuela integrado numa Delegação de 5 Deputados do Partido Popular Europeu (PPE) que irão acompanhar o evoluir da situação política neste país no contexto da realização no próximo Domingo do referendo ao projecto de Constituição venezuelana proposto pelo Presidente Hugo Chavez.

Os Deputados do PPE exercerão também uma função de observação eleitoral do acto referendário, enquanto observadores internacionais. Sérgio Marques aproveitará a sua estadia em Caracas para estabelecer contactos com a comunidade portuguesa dando conta nomeadamente dos objectivos da viagem.

A preceder a observação eleitoral a realizar no Domingo dia 2 de Dezembro, serão estabelecidos encontros com os Embaixadores dos países da UE em Caracas, com o representante do Partido Primero Justicia Julio Borges, com o Presidente do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) Tibisay Lucena, com o Cardeal de Caracas Jorge Hunosa, com a Presidente da Assembleia Nacional Cilia Flores, com Carlos Genatios da ONG Ojo Electoral, com a Associação de jovens jornalistas, com a Associação de Estudantes da Venezuela e com o Comando da Resistência

A Directiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros

Por: Ricardo Rio (*)

Depois de alguns anos de discussão, foi finalmente aprovada e já transposta para a ordem jurídica nacional a Directiva Comunitária 2004/39/CE, mais conhecida pela DMIF – Directiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros.

Esta Directiva aplica-se já aos 27 Estados-membros e entrou em vigor a 1 de Novembro último, tendo como objectivos essenciais promover a plena integração dos Mercados de Capitais na União Europeia, dinamizar os espaços de negociação, regular as condições de exercício de actividade pelos diferentes intermediários e assegurar o reforço da protecção dos investidores.

Se serão os intermediários financeiros os mais afectados no desenvolvimento da sua actividade pela entrada em vigor da DMIF, qualquer investidor particular estará hoje a ter contacto com esta nova realidade, à medida que a sua instituição financeira lhe atribua a respectiva Classificação de Cliente.

Na base do tal espírito de aumento da protecção dos investidores, esta classificação pode, de acordo com os critérios da DMIF, assumir uma de três possibilidades: Cliente Não Profissional, Cliente Profissional e Contraparte Elegível.

Como ponto de partida, todos os Clientes são classificados como Não Profissionais, merecendo um grau de protecção máximo, mas podem vir a migrar para uma das demais classificações em função dos seus níveis de conhecimento e experiência de intervenção nos mercados de instrumentos financeiros, aferida pela realização de questionários específicos, e pela verificação de certos critérios adicionais.

Por exemplo, para lá de vários tipos de sociedades financeiras e instituições públicas e das pessoas que tenham solicitado expressamente a sua classificação como Profissionais (e que a mesma tenha sido aceite pelo intermediário financeiro), podem também incluir-se nesta classificação as pessoas que prestem serviços de investimento ou que exerçam actividades de investimento e grandes empresas cuja dimensão, de acordo com as suas últimas contas individuais, satisfaçam dois de três critérios relacionados com a sua situação líquida (superior a 2 milhões de Euros), o seu activo total (maior que 20 milhões de Euros), e/ou o seu volume de negócios líquido (acima de 40 milhões de Euros).

Uma vez que a DMIF assume que os Clientes Profissionais e as Contrapartes Elegíveis são aqueles que dispõem da experiência e dos conhecimentos necessários para tomar as suas próprias decisões de investimento e para ponderar os riscos incorridos em cada operação, assegura-lhes um menor volume de protecção, traduzido no

volume e periodicidade de informação que lhes deve ser prestada pelos Intermediários Financeiros.

A par com a Classificação dos Clientes, a DMIF destriça também duas categorias de instrumentos financeiros: os Complexos (como os Warrants, Certificados, Títulos de Participação, Direitos sobre valores mobiliários, ou os Instrumentos Derivados) e os Não Complexos (em que se incluem as Acções, as Obrigações, as Unidades de Participação em Fundos de Investimento comuns, o Papel Comercial, os Bilhetes do Tesouro, entre outros).

Ora, subordinado ao princípio geral do KYC – Know Your Customer, os Intermediários Financeiros deverão promover a realização de dois tipos de Questionários de Adequação junto dos seus clientes, em função do binómio Classificação de Cliente/Tipo de Investimento que se pretende realizar.

Teremos, assim, por um lado, o Questionário de “Appropriateness”, que afere se um Cliente Não Profissional pode executar ordens sobre Instrumentos Financeiros Complexos com a concordância do Intermediário Financeiro, assentando na recolha de informação acerca da experiência e conhecimento do Cliente em matéria de investimento por tipo de instrumento ou por serviço a prestar.

E, por outro lado, os Questionários de “Suitability”, aplicáveis à prestação dos serviços de Gestão de Carteiras ou Consultoria para Investimento, e que exige a recolha de informação adicional relativa à situação financeira e aos objectivos de investimento do Cliente, qualquer que seja a sua classificação.

Em boa verdade, qualquer tipo de Cliente poderá executar ordens sobre as diferentes classes de instrumentos financeiros, mesmo que não reúna os requisitos específicos para tal. Trata-se da aplicação do princípio geral da sociedade de que ninguém pode ser forçado a proteger-se dos erros/riscos que queira assumir (se exceptuarmos talvez a obrigatoriedade de utilização de capacete e cinto de segurança).

Ainda assim, deve o intermediário financeiro ficar com evidência expressa da vontade do investidor para salvaguarda própria caso esse investimento não corra como desejado, sob pena de incorrer em pesadas sanções.

No cômputo geral, para lá deste tipo de questões a DMIF impõe também a prestação de um amplo leque de informações aos investidores antes, durante e após a realização dos seus investimentos.

Reúne, pois, os ingredientes necessários para o fortalecimento da confiança nos mercados por parte dos investidores particulares. Mas irão os mercados ajudar? – (*) *Economista, vereador da Câmara de Braga, Presidente da CPS/PSD-Braga*

Notícias de Palmela

PSD reclama divulgação da planificação da plataforma logística de Poceirão

Nos últimos anos, o PSD exprimiu, de forma pública e reiterada, a convicção de que Poceirão tinha, pela sua localização estratégica face às redes rodoviária, ferroviária e portuária pelas quais transitam os fluxos de mercadorias, condições únicas para acolher uma grande plataforma logística de âmbito Ibérico. Com um investimento deste tipo criar-se-ia riqueza e postos de trabalho no concelho.

Por isso, recebemos com satisfação a notícia de que a iniciativa privada ia promover no Poceirão uma mega plataforma logística, tendo para o efeito celebrado um contrato com o Estado Português, há alguns meses atrás, em acto em que a Câmara Municipal se fez representar ao mais alto nível.

Desde então, porém, não há conhecimento de qualquer informação adicional relativamente às obras de grande vulto que terão de ser realizadas a nível de acessos rodoviários e ferroviários, obras essas que, sendo necessárias, irão colidir com interesses relevantes de populações das freguesias de Poceirão e de Pinhal Novo, nomeadamente no tocante à ocupação de terrenos e eventuais expropriações, a par de movimentações de máquinas e de um conjunto de impactos ambientais muito fortes.

Não basta a Câmara Municipal afirmar que acompanha os estudos preliminares, há que conhecer o teor desses estudos e as linhas mestras de toda a operação. Só assim as populações poderão conhecer e debater, num quadro de absoluta transparência, as propostas que possam pôr em causa os seus interesses e sugerir eventuais soluções alternativas que permitam reduzir os inconvenientes e maximizar as vantagens para todos deste projecto estruturante.

É indispensável que a Câmara Municipal de Palmela assegure a rápida publicação dos resultados dos estudos de impacto ambiental, que não poderão deixar de existir, face à magnitude e outras características do projecto, até porque partes das áreas naturais que virão a ser ocupadas pela plataforma apresentam forte sensibilidade ecológica, incluindo a questão da protecção dos lençóis de águas subterrâneas.

Os estudos preliminares da Plataforma Logística do Poceirão, não podem nem devem ser feitos exclusivamente no segredo dos gabinetes, quando é certo que poderão vir a afectar fortemente a vida das pessoas e as características do território.

Em nome da transparência da coisa pública, a assembleia de secção do PSD de Palmela reclama, da parte das entidades competentes, e em especial da Câmara Municipal, a rápida disponibilização dos estudos já efectuados, para que possa ter lugar um autentico debate público, antes que se formalizem decisões graves e irreversíveis para as populações. – **CPS/PSD-Palmela**



Notícias de Braga

Autarcas do PSD expressam apoio aos pais de alunos da EB1 de Navarra e promovem debate sobre AEC's



Após a reunião mantida pelos Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio e Filomena Bordalo, com os representantes da Associação de Pais da EB1 da Freguesia de Navarra, Braga, e com os membros do Executivo da Junta de Freguesia, entendem estes Autarcas tornar público o seu apoio às aspirações dos pais dos alunos desta Escola, no que concerne aos horários atribuídos às Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC's).

Sobre esta matéria, o PSD de Braga e os seus Autarcas na Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Juntas e Assembleias de Freguesia sempre expressaram a sua satisfação pela decisão governativa de generalização do acesso às AEC's, o que permitiu que também as crianças das Escolas do 1º Ciclo de Braga pudessem usufruir do ensino do inglês, da educação física, das tecnologias de informação, da música e de outras expressões artísticas.

Neste particular, a iniciativa

Governamental conseguiu mesmo suprir a atitude demissionária da Câmara Municipal de Braga nesta matéria, ao contrário do que sucedia com várias Autarquias nacionais e algumas do Distrito que assumiam elas próprias os encargos com esta política de enriquecimento curricular.

Ainda assim, sempre expressámos também que a introdução das AEC's colocava especiais desafios às Autarquias promotoras, desde a necessária dotação de condições infra-estruturais adequadas para a implementação destas iniciativas à tramitação dos processos de recrutamento de docentes e prestadores de serviços, à organização das actividades lectivas.

Assim estejam reunidas tais condições, não hesitamos em considerar que deve o Governo avançar com a introdução a título definitivo e vinculativo das AEC's nos currículos dos alunos do 1º Ciclo.

Acontece, porém, que, na presente situação, estas Actividades assumem um cariz opcional, pelo que não faz

sentido que, como acontece na EB 1 de Navarra, as actividades dos professores titulares possam ser interrompidas para dar lugar às AEC's em que os alunos não se encontram inscritos, deixando os alunos ao abandono na Escola, antes de serem posteriormente retomadas em claro prejuízo do processo de aprendizagem.

No caso concreto de Navarra, valeu a intervenção oportuna e responsável da Junta de Freguesia que, assumindo o apoio à causa dos pais e dos alunos da Escola desde a primeira hora, imediatamente se disponibilizou para acompanhar todas as crianças que permanecessem na escola nesse período, através do acolhimento e acompanhamento nos tempos livres já em funcionamento.

Em todo o caso, à luz do quadro legal em vigor, seria expectável a adopção de um horário normal de funcionamento que salvaguardasse os interesses de toda a comunidade escolar, o que chegou a ser aprovado pelo CAE (Coordenação da Área Educativa de Braga) e depois revogado

sem motivo aparente.

Na sequência desta situação particular, julgam os Autarcas do PSD de Braga que é tempo de proceder a uma avaliação séria e rigorosa das condições de implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular no Concelho de Braga, razão pela qual vão organizar uma Sessão-Debate para a qual vão convidar toda a Comunidade Educativa do Concelho (Pais, Professores Titulares, Professores das AEC's, Entidades com tutela sobre esta área, etc.).

Pretende-se, sobretudo, que essa experiência sirva para elencar os bloqueios ainda existentes à boa implementação desta medida, daí emanando as devidas recomendações para a Gestão Municipal, e possibilitar a partilha de experiências entre os casos de sucesso existentes.

Esta Sessão-Debate terá lugar no início do próximo mês de Janeiro de 2008, aquando do reinício das actividades lectivas, sendo mais detalhes anunciados oportunamente.

No que concerne ao caso de

Navarra, os Autarcas do PSD defendem a repositão da legalidade e do normal funcionamento da Escola, comprometendo-se a exercer uma vigilância atenta sobre as propaladas ameaças de encerramento da Escola, a título de retaliação pela posição agora assumida. - **Gabinete Autárquico do PSD de Braga**

Opções do Plano e Orçamento para 2008, em Braga

(Um comunicado)

Ao longo dos anos, sempre procuraram os Autarcas da Coligação “Juntos por Braga”, do PSD e do CDS/PP, contribuir para a melhoria da gestão municipal, levantando questões e formulando propostas no espaço próprio, mas esbarrando não raras vezes com o autismo que caracteriza a actual liderança do Executivo Municipal.

Fizemo-lo, porque entendemos que é responsabilidade da Oposição, assumir um papel responsável e participante na construção do futuro do nosso Concelho, no respeito pela confiança depositada por vários milhares de Bracarenses e pelos anseios de todos os demais.

Se esta é a linha condutora da nossa actuação no dia-a-dia da actividade camarária, é, por maioria de razão, a mesma lógica que tem orientado a nossa postura em relação aos contributos para os vários documentos estruturantes da Autarquia e, em particular, as sucessivas Opções do Plano anuais.

Ao longo dos anos, temos respeitado até as orientações do Senhor Presidente de Câmara sobre a conduta a adoptar para a formulação de tais sugestões, ignorando a sua prática pouco abonatória do interesse do Concelho de recusar sistematicamente ou de diferir no tempo o acolhimento das nossas propostas.

Recorde-se, a propósito, que no ano de 2006, e seguindo a indicação então transmitida em sede de Executivo Municipal, formulámos as nossas propostas a cada um dos Vereadores do Partido Socialista, de acordo com os pelouros que lhes estão atribuídos, ao longo de reuniões individuais.

Das várias dezenas de propostas e desafios sectoriais, à centena de investimentos concretos a realizar em diferentes Freguesias que propusemos, pouco ou nada se materializou no ano em curso.

Não faria sentido, pois, proceder a uma reedição de tal iniciativa, tanto mais que, frisamos, a esmagadora maioria das propostas então formuladas se mantém válida e por realizar.

Ainda assim, por respeito institucional e como forma de elogio à adopção tardia da nossa proposta de realização de um Plano Participado, com quase cinco anos de atraso,

entenderam os signatários expressar directamente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga as condições que julgámos deveriam ser reunidas para que não nos sentíssemos obrigados a votar contra as Opções do Plano e o Orçamento da Autarquia para 2008.

Assim, deveriam as Opções do Plano e o Orçamento para 2008 salvaguardar os seguintes propósitos:

i) Rever e ampliar o projecto de requalificação do Parque da Ponte, tendo em vista a criação de um verdadeiro Parque da Cidade, englobando as áreas contíguas à Escola Profissional de Braga e ao Picoto, e promovendo a ligação com as demais zonas verdes do centro (envolvente da Universidade, Rodovia, Zona dos Galos);

A par com esta profunda intervenção no Parque da Ponte, a Câmara deve promover o arranjo do antigo Mercado Abastecedor, estudar a aquisição ou permuta do terreno entre este Mercado e o Rio Este e ajardinar, dotar de bancos e iluminação pública as margens do Rio desde o Complexo da Rodovia até à Zona dos Galos, bem como promover acções claras de defesa do interesse público do Parque Eco-Monumental das Sete Fontes;

ii) Adoptar um novo Modelo de Gestão para o Teatro Circo, conducente à criação de uma Fundação que possa assumir a direcção deste equipamento e assim conferir maior viabilidade económica e financeira ao mesmo, graças ao acesso a recursos de Mecenateo;

iii) Concluir a Rede de Saneamento e a rede de abastecimento de água pública, salvaguardando as condições de funcionamento dos equipamentos de tratamento de águas residuais e efluentes já instalados ou a instalar;

iv) Apostar na requalificação dos Parques Empresariais do concelho e numa política de reordenamento industrial, concretizar o TechValley, contrariando as práticas de especulação imobiliária potencialmente envolvidas, investir na sinalética (interna e externa) e nas acessibilidades aos Parques e requalificar o Mercado Municipal de Braga;

v) Proceder à deslocalização do Parque de Exposições de Braga e à criação de um projecto de raiz de cariz supra-municipal, em articulação com as associações empresariais e como instrumento de apoio ao fomento do turismo profissional (traduzido no acolhimento de Congressos e Feiras internacionais).

vi) Desenvolver um Programa de Certificação de Qualidade das Escolas – validando a qualidade dos estabelecimentos de ensino do Concelho, no plano material e imaterial;

vii) Generalizar os apoios à formação desportiva a todas as colectividades do Concelho, através de

regras claras e transparentes do conhecimento público;

viii) Elaborar um verdadeiro projecto de exploração futura do Estádio 1º de Maio, para o que deverá a Câmara Municipal de Braga suscitar um alargado debate público com as tutelas e as forças vivas dos meios cultural, associativo, educativo e desportivo do Concelho e do Distrito;

ix) Reformular o Projecto das Piscinas Olímpicas para um formato mais adaptado à realidade económica do Município e às carências infra-estruturais do Concelho;

x) Criar Programas Locais de Incentivo ao Emprego e à Criação de Empresas pelos jovens do Concelho, mediante o recurso à fiscalidade municipal e a outros serviços complementares;

xi) Reforçar a articulação da BragaHabit com as Juntas de Freguesia por forma a agilizar o processo de fixação dos jovens nas freguesias de que são naturais, através de uma política social para a Habitação;

xii) Reequacionar o papel e as funções da Polícia Municipal, através do alargamento dos horários de actuação, para o horário nocturno e ao fim de semana, da dotação de melhores meios operacionais, da potencialização de acções concertadas com outras forças de segurança e do apoio à formação e informação do corpo da Polícia Municipal;

xiii) Proceder à avaliação do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) que se conclui em Dezembro de 2007 e elaborar um novo PDS para um horizonte de 3 a 5 anos. Neste âmbito, deve a Autarquia reforçar os meios para a área Social, diversificando e intensificando a capacidade de resposta e as iniciativas a desenvolver em prol da população idosa, das crianças, das famílias, dos cidadãos com necessidades especiais e dos cidadãos excluídos, em articulação contínua com as Juntas de Freguesia, as IPSS, as Associações representativas da sociedade civil e outros organismos públicos;

xiv) Criar um Plano Municipal para a Saúde e os Hábitos de Vida Saudáveis, no contexto do novel Pelouro da Saúde;

xv) Elaborar e implementar um Plano de Acessibilidades Pedonal para toda a zona urbana do Concelho (e não apenas para as principais artérias do centro da cidade) que abranja a supressão das barreiras arquitectónicas à circulação e assegure maior segurança à circulação de peões nas zonas de maior tráfego;

xvi) Animar, requalificar e revitalizar as praças e largos da cidade, bem como investir no reforço da iluminação pública e no estímulo à recuperação das habitações degradadas no Centro da Cidade.

Ora, tendo em conta que as múltiplas propostas que apresentaram e que em tempo remeteram ao Presidente da Câmara não foram minimamente contempladas nestes documentos, não restava outra

alternativa aos Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” que votar contra os Plano e Orçamento municipais para 2008.

A nosso ver, as Opções do Plano para o próximo ano são uma nova promessa, exactamente com as mesmas prioridades e projectos que já faziam parte dos planos de 2007 e de 2006, que então não tiveram qualquer realização.

Este mais parece o plano do “agora é que vai ser”, uma mera reedição dos anteriores, porque ao longo dos últimos dois anos não se fez nada de relevante neste concelho.

Aliás, os últimos dois anos têm revelado um mandato mediocre e o pior do Senhor Presidente da Câmara à frente do município, tendo-se saltado de ideias para ante-projectos, de ante-projectos para projectos e tudo continua sem sair do papel desde 2006.

Como exemplos, refira-se que continuam no ponto de partida a revisão do PDM, a renovação do Parque da Ponte e a revitalização do rio Este, o atraso verificado nos equipamentos previstos para o Parque Norte e o esquecimento dos “corredores Bus”, da Agenda XXI local e da ideia de Capital da Cultura.

No que respeita ao Orçamento proposto, o aumento da poupança corrente não tem resultado de uma efectiva poupança, mas antes do crescimento significativo das receitas correntes, que subiram cerca de 40 por cento desde 2005, nomeadamente devido ao acréscimo da receita dos impostos que penalizam directamente os bracarenses.

De igual forma, a alegada “folga” na capacidade de endividamento da autarquia é desmentida pelo facto de dez por cento do orçamento (cerca de 9,1 milhões de Euros) serem para pagar juros e amortização da dívida contraída para o novo Estádio, sendo que grande parte dos empréstimos contraídos não estão englobados na contagem da taxa de endividamento legal.

Como é óbvio, mais importante do que a possibilidade legal de endividamento deve ser a capacidade real da autarquia para fazer face aos seus compromissos.

Na nossa óptica, a Câmara não deve hipotecar as gerações futuras nem chutar para os próximos executivos as responsabilidades de pagar equipamentos que não sejam estritamente necessários, pelo que iremos opor-nos por todos os meios à parceria público-privada encontrada pela Autarquia, que não passa de uma forma de endividamento encapotado, por cujos equipamentos a autarquia vai pagar rendas muito elevadas no futuro.

No contexto explicitado supra, e não verificadas as condições previamente estabelecidas, optam os signatários por votar contra as Opções do Plano e Orçamento para 2008. - **Ricardo Rio, Serafim Rebelo, Filomena Bordalo, Américo Afonso e Carlos Gomes, vereadores da Coligação apoiada pelo PSD**

Notícias de Cascais

Legalização de Áreas Urbanas de Génese Ilegal avança em Cascais

A Câmara Municipal de Cascais entregou no Sábado passado dois alvarás de loteamento. O primeiro alvará foi entregue no Bairro Caes do Cavallo (Caparide), e o segundo no Bairro das Neves Amealha (Bicesse-Manique). Com a entrega destes dois alvarás, ascendem a 119 os loteamentos legalizados (63 dos quais desde 2001), que correspondem a 5.822 fogos.

O Bairro Caes do Cavallo, em Caparide, freguesia de S. Domingos de Rana, iniciou a sua reconversão em 1988. O processo para legalização do loteamento (ao abrigo da Lei 91/95) foi aprovado em reunião camarária de 13 de Setembro de 2000, sendo que todo o terreno onde se estende o bairro (19.200 m², dos quais 14.345 m² para construção) é abrangido pela categoria de “Espaço Urbano de Baixa Densidade e Espaço Urbano Histórico”, uma vez que se encontra situado nas imediações do Centro Histórico de Caparide. A emissão deste alvará de loteamento significa a aprovação de 62 fogos em 47 lotes, encontrando-se por construir cerca de um terço dos fogos. A Câmara investiu na reconversão deste bairro e envolvente 243.152,49 Euros.

O segundo alvará diz respeito ao Bairro Neves Amealha, em Manique, na freguesia de Alcabideche, loteamento de génese ilegal que iniciou a sua reconversão igualmente em 1988, tendo apresentado o respectivo processo de infra-estruturas em 1990. Pela sua antiguidade, trata-se de um bairro bastante consolidado faltando construir cerca de um terço dos lotes previstos.

Estendendo-se por mais de 25.000 m², dos quais 11.719 m² para construção, o terreno do bairro é abrangido na sua totalidade pela



categoria de “Espaço Urbano de Baixa Densidade”. Neste bairro ficam aprovados 53 lotes, estando previstos até 106 fogos, cerca de um terço ainda por construir, e dois armazéns. Na reconversão deste bairro e áreas envolventes a câmara investiu cerca de 750.000 Euros.

Em Cascais, até Dezembro de 2002, foram identificados 257 processos de reconversão de loteamentos clandestinos, para os quais têm sido, ao longo dos anos, emitidos os respectivos alvarás de loteamento. Tal operação implica, grosso modo, a regularização das respectivas infra-estruturas e legalização dos direitos de propriedade. Até ao final de 2001, Cascais tinha emitido 56 alvarás de loteamento. De então para cá foram emitidos 61. Juntam-se agora mais estes dois, num total, até agora, de 119 loteamentos legalizados, que correspondem a 5.822 fogos.

Está prevista nova emissão de alvarás até final do corrente ano, dado existirem vários processos de legalização na fase final. De referir que a Câmara tem já aprovada a solução urbanística para 57 loteamentos ilegais, decorrendo neste momento os trâmites administrativos subjacentes à respectiva emissão do alvará.

Ourivesaria em exposição no “Castro Guimarães”

No dia 22 de Novembro, a Câmara Municipal de Cascais inaugurou, no Museu Condes de Castro Guimarães, uma exposição temporária dedicada à colecção de ourivesaria do museu. Na mesma ocasião foi lançado um catálogo sobre este tema da autoria de Leonor d’Orey, especialista do tema e conservadora do Museu Nacional de

ou objectos de devoção privada.

A exposição estará patente ao público até 24 de Fevereiro de 2008, de terça a domingo, das 10H00 às 17H00.

Requalificação das Praias de Carcavelos e Parede

Arrancou na semana passada, a Requalificação das Praias de Carcavelos (Poente) e da Parede, uma empreitada a cargo da Empresa Municipal ESUC, EM, que engloba um conjunto de intervenções ao nível da valorização paisagística e ambiental, equipamentos desportivos, infra-estruturas, acessibilidades e estacionamento.

Com esta intervenção, a Câmara Municipal de Cascais promove a optimização das condições de fruição das referidas praias, permitindo, assim, que as mesmas sejam sujeitas à certificação do sistema de gestão ambiental, incentivando a população à sua utilização e preservação.

“Ninguém Dá Prendas ao Pai Natal”

Com o objectivo de tornar mais feliz o Natal de muitas crianças desprovidas de um meio familiar estável, a Biblioteca Municipal de S. Domingos de Rana está a promover a campanha de angariação de donativos intitulada “Ninguém dá prendas ao Pai Natal”. Os artigos recolhidos revertem a favor de instituições de solidariedade social do concelho.

A campanha decorre no âmbito da programação de Natal da Rede de Bibliotecas Municipais de Cascais e visa minimizar necessidades de bens alimentares, roupa, calçado e brinquedos. Apela-se, assim, à



solidariedade de todos os municípios que queiram contribuir para um Natal mais feliz das crianças que se encontram ao cuidado de instituições.

A recolha irá decorrer até ao dia 20 de Dezembro, na Rede de Bibliotecas Municipais de Cascais, durante o seu horário normal de funcionamento: 2ª feira, das 14H00 – 19H00, 3ª a 6ª feira das 10H00 às 19H00, Sábado das 10H00 às 13H00 e das 14H00 às 18H00.

(Biblioteca Municipal de Cascais - S. Domingos de Rana, Rua das Travessas, Massapés - Tires, S. Domingos de Rana, Tel.: 214481970)

DNA Cascais lança banco de ideias para promover o empreendedorismo e negócios no concelho

A agência DNA Cascais acaba de lançar o Banco de Ideias de Cascais (BIC), um sistema de identificação e registo de projectos inovadores, susceptíveis de gerar interesse por parte de possíveis investidores. A acção tem em vista a implementação de novos negócios no concelho de Cascais.

O BIC está aberto a todas as ideias destinadas a criar negócios com sede no concelho de Cascais, preferencialmente nos sectores estratégicos enquadrados no âmbito de actuação da DNA Cascais – ambiente, energia, turismo e saúde – sem limites máximos ou mínimos de investimento. Ao aproximar detentores de ideias e potenciais financiadores, o BIC contribui para aproveitar boas ideias de negócio que, de outro modo, poderiam ser desperdiçadas, procurando corresponder aos objectivos gerais da intervenção da DNA Cascais.

De acordo com Carlos Carreiras, Presidente da Agência DNA Cascais e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais “o BIC constitui mais um projecto do ecossistema empreendedor que estamos a implementar em Cascais. Com o lançamento deste projecto, queremos garantir o aproveitamento de todas as ideias potencialmente empreendedoras.”

Para otimizar a divulgação das ideias, a DNA Cascais fará a apresentação dos projectos junto do Clube de Cascais (Business Angels) e da BIMC (Bolsa de Interim Management de Cascais), que reúne uma selecção de gestores com experiência comprovada, disponíveis para conferir know-how a novos negócios.

O novo sistema funciona através de formulários disponibilizados on-line através do sítio www.dnacascais.pt.

A agência DNA Cascais é uma associação sem fins lucrativos, que tem por objecto contribuir, por todos os meios adequados, para a promoção, incentivo e desenvolvimento do empreendedorismo em geral, com especial incidência na promoção do empreendedorismo jovem e social no Concelho de Cascais. - © C.M. Cascais

Notícias de Ourique

«O excesso de endividamento do município deve-se ao executivo socialista!»

A concelhia do PSD de Ourique rejeitou hoje as “culpas” atribuídas ao anterior executivo social-democrata no excesso de endividamento do município, criticando o actual autarca socialista que justificou a situação com o pagamento de dívidas antigas.

A posição do PSD de Ourique, através de comunicado, surge dois dias após o presidente do município, Pedro do Carmo (PS), ter reconhecido que a autarquia ultrapassou em 103 mil euros a capacidade de endividamento, justificando o montante com “juros contraídos com os credores para regularizar 1,2 milhões de euros de dívidas do anterior executivo”, de maioria social-democrata.

“Quando cheguei à câmara, em 2005, descobri que estavam na gaveta dívidas de 2001, que tinham que ser pagas. Pedi uma inspecção às Finanças, que confirmou o valor, e fiz acordos para pagar esse montante”, afirmou Pedro do Carmo, segunda-feira, em declarações à agência Lusa.

Em 2006, por causa disso, a dívida da autarquia aumentou, mas “os 103 mil euros de juros resultantes daquelas ficaram de fora”, acrescentou.

“Como é que se reconhece a existência de dívidas e não se incluem os juros? Para regularizar algumas, obtive perdão dos juros, mas noutras não. O que eu quis foi pagar a quem o município devia”, lamentou o autarca.

“Agora, nem o Ministério das Finanças escapa à acusação de incompetência”, ironiza o PSD, considerando “insólito” o “enredo da história” de Pedro do Carmo para justificar o excesso de endividamento, rejeitando as “culpas” atribuídas à anterior gestão social-democrata, presidida por José Raul dos Santos.

“O que o Ministério das Finanças apreciou foi o excesso de endividamento da actual gestão de Pedro do Carmo”, afirma o PSD, acrescentando que “há pelos menos dois anos” que “as dívidas do anterior executivo estão contabilizadas e são conhecidas”.

Para o PSD, Pedro do Carmo, que “tem gerido a autarquia com base na constante lamúria que encontrou uma colossal dívida deixada pela anterior gestão”, “já não tem mais margem de manobra” e “chegou a hora de assumir as suas responsabilidades”.

“É melhor o senhor presidente começar desde já a inventar outra história para justificar a manutenção



da Câmara de Ourique entre as mais endividadas do país”, o que “não aconteceu em 2004”, o último ano completo de gestão de José Raul dos Santos, refere o PSD.

A Câmara Municipal de Ourique é uma das autarquias do país que viram confirmados os valores de ultrapassagem do limite de endividamento líquido em 2006.

Como tal, deverão sofrer um corte de 10 por cento das transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) pelo número de duodécimos necessário à regularização da situação.

Este é o resultado da análise efectuada pela Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) às respostas apresentadas pelos municípios que foram notificados em Setembro para se pronunciarem sobre os valores apurados.

Macedo de Cavaleiros (PSD), Penamacor (PS) e Vila Franca do Campo (PSD) deixaram de constar da lista, enquanto que outros sete continuam na lista, mas os valores do excesso de endividamento foram revistos.

Pedro do Carmo admitiu a hipótese de vir a recorrer da decisão da DGAL junto dos tribunais.

PSD de Ourique acusa socialistas de “esconder” o “verdadeiro estado” da educação afirmando que tem “condições lastimosas”

A concelhia do PSD de Ourique acusou a semana passada, o executivo socialista da autarquia, de “esconder” o “verdadeiro estado” da educação no concelho, afirmando que a escola básica da vila tem “condições lastimosas”, mas a Câmara nega as acusações.

Em comunicado, o PSD afirma que

a Escola Básica nº 1 (EB1) de Ourique encontra-se num “estado lastimoso” e “não tem plano de segurança contra incêndios, planta de evacuação e respectiva sinalização”, como obriga a lei.

A biblioteca da escola, continuam os social-democratas, “só funciona nos intervalos” das aulas “para a entrega de livros” devido à “falta de um professor ou animador”.

Quanto ao refeitório, “não tem capacidade para servir tantos alunos”, sendo que “a grande maioria come a sua refeição fria” e a cozinha “não tem condições de higiene e segurança alimentar”.

O pré-escolar também não se livra de críticas, com o PSD a denunciar que funciona no antigo centro de actividades de tempos livres, “que se encontra em obras”, no recinto da escola, o que constitui “um perigo para as crianças”.

“E está a funcionar clandestinamente porque, além de não ter sido inspeccionado e vistoriado pelas entidades competentes, a Direcção Regional de Educação do Alentejo [DREA] não tem qualquer conhecimento da sua existência”, refere o PSD.

Junto ao recreio da EB1 “existe uma antena de repetição de uma rede de telemóveis”, diz a estrutura social-democrata, lembrando que representantes dos pais, “sabendo os perigos que isso representa para a saúde pública e, em especial, para as crianças”, já pediram uma reunião com a autarquia para “tentar encontrar uma solução” para o problema.

“Até hoje, não obtivemos qualquer resposta, nem da parte da autarquia, nem da presidente da comissão de pais das escolas do concelho de Ourique”, a qual, ao mesmo tempo, é a presidente da Assembleia Municipal, lamenta o PSD. – Fonte: Lusa

Notícias de Santarém

«Quando é que o Governo inicia a ampliação do Centro de Saúde do Entroncamento?»

Os deputados do PSD eleitos por Santarém querem saber quando é que o Governo inicia a ampliação do Centro de Saúde do Entroncamento, questionando os 50.000 euros inscritos no Orçamento de Estado de 2008 para a obra.

Num requerimento ao Governo, os três deputados sociais-democratas perguntam se o Ministério da Saúde está em condições de garantir que a escassa verba inscrita em 2008 “levará à concretização, a curto prazo, da ampliação do Centro de Saúde do Entroncamento, ultrapassando todas as suas reais e actuais carências”.

O documento recorda a “rara taxa de crescimento” do concelho do Entroncamento, que viu a sua população crescer de 14.226 habitantes para 18.174 (mais 27,8 por cento) entre 1991 e 2001, apontando os dados provisórios do Instituto Nacional de Estatística de 2006 para uma população residente de 20.065 pessoas.

O centro de saúde local tem 20.648 inscritos, 4.344 dos quais sem médico de família, acrescentam, frisando que esta unidade de saúde é ainda procurada por mais 2.387 utentes “esporádicos”.

Partindo do rácio definido pela Organização Mundial de Saúde (um médico para 1.500 utentes), os deputados concluem que o centro de saúde do Entroncamento precisa de 14 clínicos, o que as instalações actuais, inauguradas em 1990 para servir 14.000 pessoas e que albergam 10 médicos em gabinetes partilhados, “não comportam”.

Os deputados recordam que o projecto de remodelação/ampliação do Centro de Saúde do Entroncamento

teve verbas inscritas no Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) desde 2004, sem que nunca se tenha concretizado.

Segundo afirmam, esse projecto foi entretanto reformulado, encontrando-se nos serviços regionais da Administração Regional de Saúde, em Lisboa.

O requerimento sublinha o posicionamento solidário das diversas forças políticas do concelho, que por várias vezes aprovaram moções nos órgãos autárquicos concelhios sobre esta questão.

Segundo o PSD, «O Governo socialista contemplou a região com o pior PIDDAC de que há memória»

Os deputados do PSD eleitos pelo distrito de Santarém o Governo socialista de ter contemplado a região com “o pior PIDDAC de que há memória”, com um corte de 102 milhões de euros em relação a 2006.

Em conferência de imprensa, Vasco Cunha e Miguel Relvas afirmaram que o distrito de Santarém é o segundo que mais perde no contexto nacional, menos 38,5 por cento de verbas inscritas no Plano de investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), apenas atrás de Aveiro (menos 50,1 por cento).

“No espaço de dois anos perdemos dois terços da dotação anual, sendo que em três anos o distrito perde cerca de 300 milhões de euros de investimentos”, em valor acumulado,



afirmou Vasco Cunha, acusando o PS de estar a desinvestir em Santarém “a favor de outras regiões”.

“E isto sem que o PS distrital se pronuncie”, disse, frisando que é a primeira vez em muitos anos que os deputados socialistas não se pronunciam publicamente sobre os investimentos da administração central para a região.

Miguel Relvas lamentou que os investimentos do Ministério das Obras Públicas tenham sido retirados do PIDDAC, o que, no seu entender, é “mais um adicional para a falta de transparência do processo da Estradas de Portugal”.

Apesar dos defeitos do PIDDAC, cuja execução ronda normalmente os 50 por cento, Relvas afirmou que, mesmo sendo “obsoleto”, este documento permite conhecer as intenções políticas do Governo e algum grau de escrutinação sobre o investimento público.

Para 2008, o distrito de Santarém tem apenas inscritas em PIDDAC verbas no valor de 48,4 milhões de euros, contra os 92,9 milhões de 2007, os 150 milhões de 2006 e os 233 milhões de 2005.

Em 2003, com o Governo PSD, o

distrito teve “o melhor PIDDAC da década”, com 243,4 milhões de euros inscritos, realçou Vasco Cunha.

Acusando o PS de ter “abandonado o distrito de Santarém”, o deputado social-democrata afirmou que o peso do PIDDAC no distrito passou para 2,6 por cento do bolo total nacional, metade do verificado em 2003, ficando ao nível de distritos mais pequenos e com menos população.

“O distrito de Santarém é o sétimo em população (454.527 habitantes), mas é o 15º no ranking do PIDDAC e o 16º na capitação”, afirmou, acrescentando que no valor per capita a região recebe 107 euros por habitante contra os 285 de média nacional.

Segundo disse, cinco dos 21 concelhos do distrito não têm qualquer investimento previsto, recebendo Ourém, o segundo maior em população, menos de 10 cêntimos por habitante.

“Há 11 concelhos, mais de metade, que vão receber individualmente menos de 26.000 euros do PIDDAC em 2008, alguns três ou quatro mil euros para pequenos arranjos em escolas, o que é quase escandaloso”, acrescentou.

– Fonte: Lusa, fotos arquivo PL



Câmara reduz IMI em 10 por cento

A Câmara Municipal de Sintra aprovou uma proposta do Presidente do Executivo, que determina a redução em 10 (dez) por cento na taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2008.

A proposta apresentada por Fernando Seara considera que “se tem assistido a um enorme esforço dos agregados familiares do Concelho de Sintra em suportar o agravamento das condições de vida”, pretendendo a autarquia “desonerar os municípios de uma carga fiscal que é significativa”.

Assim, a taxa do IMI será fixada em 0,72 por cento para os prédios urbanos de valor actualizado (actualmente situa-se nos 0,8 %) e em 0,45 por cento para os edifícios urbanos ainda não avaliados (agora de 0,55 %).

Visando promover a recuperação e reabilitação de imóveis, a proposta prevê ainda uma minoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios que tenham sido recuperados e uma majoração, igualmente de 30%, para os prédios degradados que já tenham sido alvo de notificação municipal para resolver problemas de salubridade e segurança, agravamento que vigorará “enquanto durar a situação ou não forem executadas obras intimidadas”.

A proposta do Presidente de Câmara considera ainda “que a actual situação financeira do Município permite concretizar um abrandamento da carga fiscal, sem pôr em causa a concretização das suas competências e das responsabilidades assumidas”.

Saliente-se que esta medida beneficiará principalmente os agregados familiares que estão à beira de ver terminado o período de isenção do IMI.

Na mesma reunião, o Executivo aprovou ainda uma derrama de 1,5% sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC).

Concertos do Natal

Para comemorar a quadra natalícia, a Câmara de Sintra está a organizar os “Concertos de Natal”. Uma forma diferente de celebrar o Natal nas igrejas paroquiais do concelho. Ao longo de, praticamente, um mês serão recordadas as principais melodias da época.

s “Concertos de Natal” tiveram início a 17 de Novembro, na Igreja Paroquial de São Miguel, em Sintra, com a Associação Coral de Sintra.

Esta iniciativa terminará a 16 de Dezembro na Igreja Paroquial de São João Degolado, na Terrugem, com a actuação do «Grupo Coral Bandolinista 22 de Maio de 1925».

Programa dos “Concertos de Natal”:

17 Novembro, Associação Coral de Sintra, Igreja Paroquial de São
18 Novembro, Grupo Coral Bandolinista 22 de Maio de 1925; Igreja Paroquial de S. Pedro - Almargem do Bispo

24 Novembro, Ardecoro, Igreja Paroquial de São Pedro de Penaferrim
25 Novembro, Grupo Coral de Rio de Mel, Igreja Paroquial de St.ª Maria – Aqualva

1 Dezembro, 16h00, Igreja Paroquial de Nossa Senhora Fé de Monte Abraão – Monte Abraão - Coro Leal da Câmara

2 Dezembro, 16h00, Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Misericórdia – Belas - Grupo Coral “Encontro” de Queluz

8 Dezembro, 16h00, Igreja Paroquial de São Pedro - Pero Pinheiro - Grupo Coral “Encontro” de Queluz

8 Dezembro, 17h00, Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Assunção – Colares - Grupo Coral Infante-Juvenil “Sementinhas”

9 Dezembro, 16h00, Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Purificação – Montelavar - Ardecoro

9 Dezembro, 16h00 - Igreja Paroquial de São João das Lampas – São João das Lampas - Grupo Coral Gerações

15 Dezembro, 16h00 - Igreja Paroquial de São Bento – Massamá - Coro Leal da Câmara



16 Dezembro, 16h00 - Igreja Paroquial de São João Degolado – Terrugem - Grupo Coral Bandolinista 22 de Maio de 1925

Programa «Escolhas»

Combater a criminalidade e promover a inclusão social de crianças e jovens são os grandes objectivos do Programa Escolhas. A autarquia de Sintra, como parceira deste projecto, promove na semana de 26 a 30 de Novembro diversas actividades que se realizam em vários locais do Concelho.

O Programa Escolhas criado em 2001 a nível nacional é um programa de prevenção da criminalidade e inserção de jovens de bairros problemáticos.

O público-alvo deste projecto são crianças e jovens entre os 6 e os 18 anos oriundos de contextos sócio-económicos desfavorecidos e problemáticos. O programa abrange

também jovens com idades compreendidas entre os 19 e os 24 anos, famílias e outros elementos da comunidade, como professores, auxiliares educativos, etc.

Os objectivos são com o objectivo de promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos sócio-económicos mais vulneráveis, tendo em consideração o maior risco de exclusão social, nomeadamente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, procurando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

Assim, na semana de 26 a 30 de Novembro, o Programa Escolhas promove, a iniciativa “Escolhas de Portas Abertas”. Esta iniciativa pretende dar visibilidade ao trabalho desenvolvido por todo o país e que contribuem para a inclusão social das crianças e jovens e para o reforço da igualdade de oportunidades.

Durante uma semana, os projectos vão abrir as suas portas e dinamizar um conjunto de actividades dirigidas à comunidade em geral. Actividades como exposições, visitas, festivais, danças, ateliés, teatro, entre outros eventos, vão acontecer nos Espaços Escolhas.

A Câmara Municipal de Sintra tem em apresenta cinco projectos:

- “O Espaço, desafios e oportunidades” promovido pelo Grupo de Aerodelismo «Os Caças» com actividades na Escola EB 2.3 Visconde de Juromenha (Tapada das Mercês)

- “Raízes” promovido pela Junta de Freguesia de Monte Abraão com actividades no Bairro 1.º de Maio e na Escola Básica n.º 1 de Queluz

- “Meg@ctivo” promovido pela Associação Olho Vivo com actividades no Centro Comunitário do Pendão

- “Escolhas Saudáveis” promovido pela Associação Luso Cabo-verdiana de Sintra na Serra das Minas com actividades na sede da associação

- “Novos Desafios” promovido pela Casa Seis-Associação para o desenvolvimento comunitário em Mira Sintra com actividades na sede da associação.

Vencedores dos Prémios Literários de Sintra

A Câmara de Sintra já seleccionou os vencedores dos Prémios Literários de Sintra: o Prémio Adolfo Simões Muller (Infante-Juvenil) foi atribuído ao original “Contos de Janela”, de Eugénio Roda, e o Prémio Vergílio Ferreira (Ensaio Literário) atribuído ao original “Da Ausência à Proibição em O Vale da Paixão de Lídia Jorge”, de Maria de Lurdes Mota Pires de Aguiar Trilho.

Um júri constituído por um representante da Associação Portuguesa de Escritores, da Associação Portuguesa dos Críticos Literários e da Câmara de Sintra apreciou 21 originais, na modalidade de Infante-Juvenil, e sete, na modalidade de Ensaio Literário.

Cada um dos vencedores recebeu um prémio no valor de cinco mil euros, montante que é entendido como pagamento dos direitos de autor relativos à edição da obra premiada.

A Câmara Municipal de Sintra deterá os direitos para a primeira edição do trabalho galardoado, comprometendo-se a oferecer 50 exemplares ao autor premiado.

- © C.M. Sintra



Notícias do Algarve

CPD/PSD do Algarve, pede a Sócrates a demissão dos responsáveis da Saúde no Distrito

A Comissão Política Distrital do PSD/Algarve pediu no dia 21, ao primeiro-ministro que demita os responsáveis da Saúde no Algarve e acusou o ministro da Saúde de manter um “silêncio arrogante” em relação às demissões de médicos no Hospital de Faro.

No início deste mês, 19 médicos chefe das urgências do Hospital de Faro anunciaram a sua demissão durante uma conferência de imprensa com o bastonário da Ordem dos Médicos, Pedro Nunes, que considerou que os utentes daquele serviço corriam um “risco efectivo” devido às suas “inaceitáveis” condições.

O deputado e presidente da Comissão Política Distrital PSD/Algarve, Mendes Bota, criticou o Conselho de Administração do Hospital de Faro, a Administração Regional de Saúde (ARS) do Algarve e os dirigentes socialistas algarvios, acusando-os de se “declarações infelizes” sobre a demissão de 19 dos 20 médicos das urgências em Faro.

“Desdobram-se em declarações infelizes, que apenas tiveram correspondência no silêncio arrogante e no desprezo a que o ministro Correia de Campos já habituou os algarvios, apenas interrompido nas suas viagens de propaganda”, lê-se em comunicado emitido pela CPD de Faro.

Segundo Mendes Bota, as demissões dos médicos não foram “formas inconsequentes de protesto”, mas sim “decisões maduras, pensadas”.

A direcção do Hospital de Faro recebeu até sábado passado 17 cartas de demissão dos chefes de equipa que anunciaram a demissão no início do mês, disse à Lusa a directora clínica da unidade.

Mendes Bota acusa a ARS de fazer “números mediáticos” em vez de se preocupar com os “cuidados a prestar aos doentes do Hospital Central de Faro”.

“Enquanto a casa ardia, a ARS apresentava camas que já há muito existem, carros de apoio domiciliário que estão parados porque não dispõem de equipas para funcionar e promessas de cuidados paliativos sem equipas constituídas”, lê-se no documento enviado à comunicação social.

As críticas são também dirigidas ao presidente da Câmara de Faro, José Apolinário, por ter centrado as suas preocupações no presidente da Área



Metropolitana do Algarve, Macário Correia (PSD), e não no Hospital da “sua terra”.

“Ao autarca de Faro importou pouco o caos na Urgência do Hospital de Faro, a denúncia quase unânime dos profissionais sobre as condições desumanas a que homens e mulheres são submetidos”, acusa Mendes Bota.

Para o PSD/Algarve resta um pedido, e é dirigido ao primeiro-ministro José Sócrates: “obviamente, demita os responsáveis que nomeou para tratar da Saúde no Algarve, e que apresentam este saldo tão devastador no sector”. – CPD/PSD-Faro

Demissões em Faro: Os protagonistas errados!

Conhecida há mais de 15 dias a decisão dos Chefes de Equipa da Urgência do Hospital Central de Faro de apresentar a sua demissão das respectivas funções a que se juntaram as demissões dos Directores dos Serviços de Oftalmologia, Anestesiologia e do Bloco Operatório, o PSD Algarve acompanhou, de perto e serenamente, o desenrolar da situação.

Não quis o PSD contribuir para qualquer clima de alarmismo e de insegurança na população, na expectativa de que os responsáveis pela política de Saúde na Região soubessem compreender e aceitar as justas reivindicações dos profissionais em causa.

Sublinhe-se que não estão em causa questões sindicais que digam respeito apenas aos profissionais, embora a ser assim não deixassem de ser legítimas. Em causa estão, principalmente, as

condições desumanas e pouco dignas a que são submetidos os doentes que são forçados a recorrer aos cuidados do Hospital Distrital de Faro.

Infelizmente o Conselho de Administração do Hospital de Faro, a Administração Regional de Saúde e vários dirigentes socialistas algarvios desdobram-se em declarações infelizes, que apenas tiveram correspondência no silêncio arrogante e no desprezo a que o ministro Correia de Campos já habituou os algarvios, apenas interrompido nas suas viagens de propaganda.

Como consequência, torna-se hoje evidente que aquelas demissões não eram formas inconsequentes de protesto mas decisões maduramente pensadas e que agora se concretizam individualmente.

O que disseram e fizeram os dirigentes socialistas para resolver esta situação? Garantiram alterações concretas nas condições de atendimento dos doentes? Apresentaram um plano de contingência perante as graves acusações feitas? Apressaram as inevitáveis obras de ampliação? Conseguiram junto do Governo uma verba «substancial para os Hospitais da Região? Nada disso foi feito ou dito.

A direcção clínica começou, num primeiro momento, por desmentir ter recebido qualquer pedido de demissão, que já todo o país conhecia, mas antes um “documento de alerta”. Quinze dias depois, já com as cartas de demissão individuais entregues, a mesma passividade “**Agora vamos com calma, temos tempo para responder às cartas e muita coisa pode acontecer, desde eles retirarem os pedidos até nós não os aceitarmos**”. Portanto sobre a atitude da Administração do Hospital estamos esclarecidos: pode o céu cair-lhes em cima da cabeça que continuarão em negação profunda.

E tudo isto, perante o olímpico silêncio dos restantes elementos do Conselho de Administração.

O Presidente da Administração Regional de Saúde, por seu lado, lamentava há quinze dias a falta de diálogo, que ele próprio nunca procurou. Aliás, acusar o Bastonário da Ordem dos Médicos de “fazer um número” mediático, em nada abona a credibilidade do Presidente da ARS e a sua capacidade de entendimento com aqueles que o Bastonário representa.

A ARS é que se pode ufanar de aproveitar este tempo, não para resolver problemas, mas para fazer os tais “números” de que acusa outros. Enquanto a “casa” ardia, a ARS apresentava, no IPIMAR (!...), camas que já há muito existem, carros para apoio domiciliário que estão parados porque não dispõem de equipas para funcionar, promessas de cuidados paliativos sem equipas constituídas e, na linha do choque tecnológico, um acordo com a PT para a utilização de PDA não se percebe bem por quem, com que objectivos e benefícios.

Se, em vez de Personal Assistants informáticos, a preocupação estivesse centrada nos cuidados pessoais a prestar aos doentes do HCF estaria a ARS a prestar um melhor serviço (embora o “número” não fosse tão espectacular...)

Entretanto, e paradoxalmente, o Presidente da Câmara Municipal de Faro centrou as suas preocupações, não no Hospital da “sua” terra, mas nas declarações do Presidente da AMAL. Ao autarca de Faro, importou pouco o caos na Urgência do Hospital de Faro, a denúncia quase unânime dos profissionais sobre as condições desumanas a que homens e mulheres são submetidos.

É insólita e criticável esta atitude de puro corporativismo partidário do Presidente da Câmara Municipal de Faro. Os problemas do Hospital de Faro não dizem respeito apenas aos eleitores de Faro, mas a todos os algarvios, e só fica bem ao Presidente da AMAL, em representação de todos os Municípios, manifestar essa preocupação.

Como se tudo isto não bastasse, ainda veio uma deputada socialista, no final de uma reunião “familiar” com os membros da Administração do HCF, afirmar, de uma forma ofensiva para as pessoas em causa, profissionais reconhecidos e de vários quadrantes políticos, que tudo se tratava de uma “encenação”, e que não acreditava nas anunciadas demissões. Pois bem, as demissões aí estão, e nem as contra-encenações as evitaram.

Resta o Ministro da Saúde. Para Correia de Campos, o Algarve é um local para passar férias, logo, todo este imbróglcio não lhe mereceu uma única palavra. Para quem em Julho se mostrou tão palavroso a prometer o que não cumpriu, talvez não fosse descabida nova visita ao Algarve para explicar o que pensa fazer, perante este

clima de degradação, de contradições e de desleixo político por parte daqueles que nomeou para “tratar da saúde” aos algarvios.

Para o PSD/Algarve apenas resta um pedido nesta fase do processo, de promessas não cumpridas, de encerramento de serviços, de fiasco no avanço das Unidades de Saúde Familiar, de descoordenação nos Cuidados Continuados, de degradação do atendimento nos Hospitais, de desmotivação de profissionais e, principalmente, de crescente, e justificado, clima de insegurança junto dos utentes dos serviços de saúde na Região.

Um pedido dirigido ao Primeiro Ministro: obviamente, demita os responsáveis que nomeou para tratar da Saúde no Algarve, e que apresentam este saldo tão devastador no sector. – CPD/PSD-Faro

Na reunião da Câmara de Faro, vereadores do PSD denunciam proposta de acordo entre o IPTM e a autarquia

A proposta de acordo entre o IPTM e a CMF, peca por ser redutora,

relativamente à área sob a jurisdição do IPTM no concelho de Faro. É uma proposta à medida do executivo socialista, ou seja diminuta, sem visão estratégica, sem ambição e a reboque dos interesses do governo socialista. Vai perder-se a oportunidade de intervir em toda a área ribeirinha compreendida entre o Montenegro e o Cais Comercial de Faro. É nossa opinião de que se deveria protocolar com a REFER uma solução para a ferrovia (desde Faro até Vila Real de Sto. António, a infra-estrutura deveria de ser aligeirada, e compatível com o uso urbano). Qual a posição do Ministério do Ambiente?

- Trata-se de um acordo com fins eminentemente eleitoralistas, sem prazo, sem qualquer perspectiva de custos, sem se saber quem é que vai executar os planos, quem é que os vai analisar e avaliar. É mais uma medida avulsa para tentarem demonstrar que estão a fazer algo em Faro. Lembramos que em 1989 o candidato socialista, João Botelho tinha como bandeira eleitoral a recuperação da zona ribeirinha de Faro, passaram 18 anos e temos somente executado parte do Parque Ribeirinho, mas votado ao abandono.

- O que fazer dos projectos existentes para o PASSEIO RIBEIRINHO E O PARQUE RIBEIRINHO?

- Nos usos previstos para a unidade A, deve estar expresso a construção de um HOTEL, no mínimo de 4 estrelas.

- A existência da unidade D, nos termos propostos, não vai inviabilizar a possibilidade de construir um novo porto de recreio/marina na zona do Cais Comercial ou junto ao Montenegro?

- Qual a posição que a Câmara de Faro já tomou junto do IPTM, a exigir a recuperação imediata do Cais das Portas do Mar? Em caso de acidente os Vereadores do PSD declinam qualquer responsabilidade e exigem que o IPTM tome as medidas, de imediato, que em termos técnicos sejam as mais correctas para resolver esta grave situação.

- Os vereadores do PSD, estranham que agora o executivo socialista antes de levar os assuntos à reunião de Câmara, os anuncie na imprensa e no site da CMF, EM TOTAL DESRESPEITO PELOS ELEITOS LOCAIS.

- Mais uma vez se demonstra que

o executivo socialista, não tem qualquer estratégia para Faro, não tem qualquer plano para a zona ribeirinha e vai assinar este protocolo a reboque do IPTM, SEM EXIGIR O QUE FARO NECESSITA, QUE É A POSSIBILIDADE EXPRESSA DE SE ABRIR A PORTA A QUE INVESTIDORES TURISTICOS DE QUALIDADE, VENHAM PARA FARO EM CONDIÇÕES DE VANTAGENS MUTUAS, PARA A CMF/FARENSES E PARA OS INVESTIDORES.

- Vai assim o executivo socialista, com certeza, com grande pompa apresentar publicamente a assinatura deste acordo de cooperação, como a salvação da zona ribeirinha de Faro, mas irá certamente servir somente como bandeira eleitoral para 2009, pois dificilmente passará do papel e é limitadora duma solução que serviria os interesses dos Farenenses, por ser global e não sectorial como a que agora se vai iniciar. Não caminharemos ao lado de PS, nesta solução, mas não a inviabilizamos pois ficará como um acordo de princípio que o PSD em 2009 saberá, alterar e potenciar em todas as suas vertentes. – **Declaração assinada pelos vereadores do PSD.**

Notícias do Porto

Encontro internacional sobre emprego, de quadros sindicais do Partido Popular Europeu (PPE)

O PSD/Porto realizará no segundo trimestre de 2008 um encontro internacional de quadros sindicais do Partido Popular Europeu (PPE) sobre emprego, disse à Lusa Marco António Costa, candidato único às eleições para a “distrital” social-democrata do Porto.

“O encontro terá como primeiro objectivo realizar um estudo comparativo sobre as dificuldades específicas das segundas cidades de cada país da UE quanto ao emprego, assim como quais as estratégias seguidas para ultrapassar os problemas encontrados”, disse aquele responsável à Lusa.

Antes, o PSD/Porto organizará um fórum de quadros sindicais socialistas-democratas para debater as razões do elevado desemprego no distrito, que já atingiu um índice de 9,4 por cento, o mais alto do país.

Marco António Costa, que é também vice-presidente da Câmara de Gaia, falava à Lusa à margem de um encontro com os TSD, estrutura sindical ligada ao PSD, a quem apresentou a sua candidatura às eleições para a “distrital” laranja, que se realizam no dia 1 de Dezembro.

Marco António Costa responsabilizou o Governo pelo agravamento da situação de desemprego no distrito do Porto, nomeadamente por ter deixado expirar no final de 2005 o Programa de Promoção do Emprego no Distrito do Porto (PROPEP), lançado pelo Governo anterior em 2003, sem nada ter criado em sua substituição.

Este programa continha uma série de medidas destinadas a combater o desemprego de longa duração, ao fomento da qualificação dos desempregados, à promoção da criação de emprego, ao estímulo da oferta de emprego e da colocação e à melhoria da qualidade do emprego.

Estas medidas envolviam, nomeadamente o apoio ao investimento e à criação de emprego através da criação de pequenos negócios através de microcrédito bancário, de incentivos fiscais, de apoio de consultoria às pequenas empresas e de apoio à qualificação profissional. - **Fonte: Lusa**



Notícias dos Açores

Costa Neves afirma que “...Vai ocorrer uma “revolta surda” na sociedade açoriana contra o “cerco” do Governo Regional socialista”

O líder do PSD/Açores, Carlos Costa Neves, acusou o Governo da República de ser o “mais centralista desde o 25 de Abril”, com reflexos no desinvestimento, no próximo ano, em áreas da sua competência no arquipélago.

“A República, claramente, desinvestiu nas áreas da sua responsabilidade nos Açores”, com o Orçamento de Estado a prever cerca de 20 milhões de euros em 2008, quando o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) “chegou a atingir valores de 90 milhões de euros há alguns anos”, alegou Carlos Costa Neves.

Em entrevista à agência Lusa, após ter sido reeleito nas “directas” do PSD/Açores, o presidente dos social-democratas açorianos criticou as verbas previstas para investimentos da Administração Central nas ilhas, alegando que são “um quarto do que eram a três ou quatro anos atrás”.

Isto “quando nós sabemos que há investimentos necessários nos Açores, para além da Universidade, no domínio da Justiça e em outras áreas”, disse Carlos Costa Neves.

O líder do PSD/Açores admitiu que, em termos de transferências financeiras para a região, o Orçamento de Estado “parece normal”, mas ao nível do PIDAAC “há um claro desinvestimento”, enquanto que, em relação à Universidade dos Açores, existe uma “falta de assumpção de responsabilidades”.

Sobre a Universidade dos Açores, tutelada pelo Ministério do Ensino Superior, Costa Neves alertou que se trata de uma questão de “sobrevivência”.

“A Espanha está a atribuir, sem escolha de nacionalidades, a alunos bolsas na ordem dos sete mil euros anuais”, alertou o dirigente social-democrata.

Adiantou, ainda, que o “Orçamento de Estado trata mal a região” em relação à regularização de dívidas para com os Açores, entre as quais as relacionadas com convergência dos preços da electricidade com o resto do país.

“Neste momento, a EDA está a aguentar com os juros altíssimos de empréstimos que tem de fazer por falta



de cumprimento dos compromissos de entidades públicas da República”, criticou Costa Neves.

Para o líder do PSD/Açores, o Orçamento de Estado é, assim, um reflexo da atitude “centralista” do Governo de José Sócrates, alegando que este comportamento se materializou nas leis de Finanças das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.

“O Governo de Sócrates é o mais centralista desde o 25 de Abril porque é o que fez a Lei de Finanças Regionais, com toda uma filosofia centralista, e a Lei de Finanças das Autarquias, que asfixia as mais pequenas, nomeadamente as dos Açores”, acusou.

“Vai ocorrer uma “revolta surda” na sociedade açoriana contra o “cerco” do Governo Regional socialista”

O líder do PSD/Açores,

Segundo disse, o Governo Regional utiliza os dinheiros públicos “mais para se manter no Poder do que para desenvolver os Açores”.

“Paga a toda a estrutura de chefia da Administração Pública Regional”, que tem hoje mais de 20 por cento da população activa dos Açores, e que conta com uma cúpula em que “95 por cento são comissários do PS”, o que corresponde a 500 pessoas, alegou Costa Neves.

“Quando o aperto for demasiado, quando o cerco for demasiado, as pessoas vão, por um acto de bom senso, reagir e dizer basta. Eu vou fazer tudo para que seja para o ano”, nas eleições regionais de 2008, afirmou.

Perante isso, a solução passa por colocar o “PS na oposição uns tempos”, defendeu Costa Neves, que se mostrou à Lusa apologista de ciclos políticos curtos.

“Também acho que o próprio PSD não devia estar muito tempo no Poder. No máximo dois mandatos, excepcionalmente, três”, disse.

Para colocar o “PS na oposição”, Carlos Costa Neves pretende contar com o apoio do líder nacional Luís Filipe Menezes, durante os meses que distam das eleições regionais.

Depois de garantir que “quer muito” uma “relação próxima e solidária” com o presidente nacional do PSD, o líder regional adiantou que este relacionamento terá de ser enquadrado no “contexto da autonomia político-administrativa dos Açores”. Salientou, ainda, que “todas as indicações que (LFM) tem dado de solidariedade e de empenho numa vitória nos Açores são bem vindas”.

Depois de se manifestar surpreendido com a dimensão da sua vitória nas primeiras “directas” regionais do partido, Costa Neves garantiu que se sente “confortável” na liderança do partido, apesar de ter perdido em São Miguel, a maior ilha do arquipélago.

Destacou que, em oito das nove ilhas, obteve 86 por cento dos votos dos militantes que foram às urnas, enquanto que, em São Miguel, atingiu os 45 por cento e ganhou em três concelhos.

Para o Congresso que se inicia a 30 de Novembro, promete uma renovação na Comissão Política Regional (CPR),

para lhe acrescentar operacionalidade, a um ano de eleições para o Parlamento açoriano.

“Temos de lhe acrescentar a operacionalidade, a um ano de eleições. Mais facilidade para reunir, pessoas preparadas para abordar os vários sectores, porque eu quero que a CPR funcione como Governo alternativo. Isto obriga a outro tipo de escolha”, admitiu o líder dos social-democratas do arquipélago.

Garantiu, também, que o PSD/Açores está no “tempo certo” para preparar as próximas regionais, alegando que “2008 tem de ser integralmente aproveitado para chegar à sociedade civil com as propostas” do partido.

Costa Neves adiantou, porém, que o “modelo de sociedade e de desenvolvimento alternativo, e uma nova metodologia de trabalho nos Açores, caracterizada pelo rigor e excelência, estão genericamente delineadas”.

Um modelo que pretende colocar em prática a partir de Outubro de 2008 e que passa por despartidarizar a cúpula da Administração Pública, extinguir as sociedades anónimas sem receitas próprias, aumentar as parcerias com autarquias locais e estabelecer relação com as entidades privadas, com base em protocolos.

Para isso, Costa Neves aposta num partido “humanista e personalista”, que acredite “nas potencialidades do cidadão individualmente considerado e em grupo”.

Fim do sistema de quotas deve prever “medidas de protecção e compensação”

O PSD/Açores defendeu que o fim do sistema de quotas leiteiras após 2015 deve contemplar a existência de “medidas de protecção e compensação” para as regiões ultraperiféricas cujas economias são “fortemente dependentes” da produção de leite, como é o caso dos Açores.

“A supressão do sistema de quotas leiteiras a partir de 2015 deve prever a existência de medidas de protecção e compensação para as regiões ultraperiféricas fortemente dependentes da economia do leite, como os Açores, evitando-se repercussões negativas sobre o rendimento dos produtores de leite da Região, das indústrias transformadoras, e, em geral, sobre a sua economia dos Açores”, afirmou o deputado social-democrata António Ventura, em conferência de imprensa.

Para o efeito, o PSD/Açores vai apresentar no parlamento um projecto de resolução em que se defende que as medidas a adoptar no progressivo desmantelamento das quotas leiteiras “deverão permitir a continuidade desta produção, acrescentando sustentabilidade e competitividade nas

regiões ultraperiféricas”.

António Ventura acrescentou que as alterações às decisões do Conselho do Luxemburgo, em 2003, relativas à Política Agrícola Comum (PAC), “deverão ter sempre em conta as desvantagens socioeconómicas e os condicionamentos perpétuos e específicos das regiões ultraperiféricas como os Açores”.

Apesar da avaliação intermédia da PAC, apresentada esta semana pela Comissão Europeia, prever a existência de medidas que atenuem o impacto negativo do desaparecimento das quotas leiteiras em regiões específicas, o deputado social-democrata salientou que é necessário “sensibilizar os decisores da República e da Comunidade Europeia para a concretização de medidas verdadeiramente compensadoras”.

Foi também apresentado o seguinte “Comunicado”:

Contributo para uma política sustentável e competitiva de produção de leite nos Açores

Considerando mais uma avaliação da Política Agrícola Comum apelidada de “exame médico” que resultará numa alteração significativa de parte das decisões do Conselho do Luxemburgo de Junho de 2003.

Na certeza que o sistema de quotas é vantajoso para Regiões desfavorecidas e com permanentes condicionamentos geográficos, nomeadamente, a distância, a pequena dimensão e a dispersão geográfica, pois tem moderado a produção em Regiões muito competitivas.

Perante o facto dos Açores pertencerem a este grupo, pois sendo detentores de desvantagens permanentes derivadas da distância aos mercados e da forte dependência de um pequeno grupo de produtos serão mais ameaçadas pela concorrência proveniente de alterações ao sistema de contenção primário da produção de leite.

Acresce a estas desvantagens alguns ecocondicionamentos que interessa conservar e proteger como a diversidade genética e o meio natural.

Convictos que a supressão das quotas leiteiras para além de 2015 terá repercussões negativas sobre o rendimento dos Produtores de leite da Região, das Indústrias transformadoras e, genericamente, sobre a economia dos Açores.

Seguros que na Região a produção de leite e a sua transformação constituem um dos principais alicerces da economia Regional, suportando o surgimento de outras economias.

Conscientes que a produção de leite nos Açores ultrapassa a dimensão económica representando, também, um importante factor social, onde se destaca a fixação de pessoas em Ilhas tendentes ao abandono humano, pelo que a Agricultura familiar que encontra expressão na produção de leite deve ser



mantida.

Percebendo que a situação de predominio da actividade leiteira no seio da Agricultura regional é particularmente acentuada, quando se observa a falta de alternativas na Região.

Sabendo-se que no projecto do “exame médico” da PAC apresentado pela Comissão Europeia no passado dia 20 de Novembro, está prevista a existência de medidas que atenuem o impacto negativo do desaparecimento das quotas leiteiras em Regiões específicas.

Todavia, urge sensibilizar os decisores da República e da Comunidade Europeia para a concretização de medidas verdadeiramente compensadoras às Regiões cuja especificidade das suas desvantagens e constrangimentos se alie à forte dependência económica da bovinicultura de leite.

Para mais, as medidas a surgir deverão permitir a continuidade desta produção acrescentando sustentabilidade e competitividade.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o seguinte **Projecto de Resolução**:

Que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do disposto na alínea i) do

artigo 30º do Estatuto político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores, se pronuncia, por iniciativa própria, sobre o sistema de quotas leiteiras nos Açores e na União Europeia nos seguintes termos:

1. As alterações às decisões do Conselho do Luxemburgo de Junho de 2003 deverão ter sempre em conta as desvantagens socioeconómicas e os condicionamentos perpétuos e específicos das Regiões Ultraperiféricas como os Açores;

2. A supressão do sistema de quotas leiteiras a partir de 2015 deve prever a existência de medidas de protecção e compensação para as Regiões Ultraperiféricas fortemente dependentes da economia do leite, como os Açores, evitando-se repercussões negativas sobre o rendimento dos produtores de leite da Região, das indústrias transformadoras, e, em geral, sobre a sua economia dos Açores;

3. As medidas a adoptar no progressivo desmantelamento das quotas leiteiras deverão permitir a continuidade desta produção acrescentando sustentabilidade e competitividade nas Regiões Ultraperiféricas.

4. Desta posição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deverá ser dado imediato conhecimento ao Governo da República, ao Parlamento Europeu e à Comissão Europeia. – **Depº. Regional António Ventura**

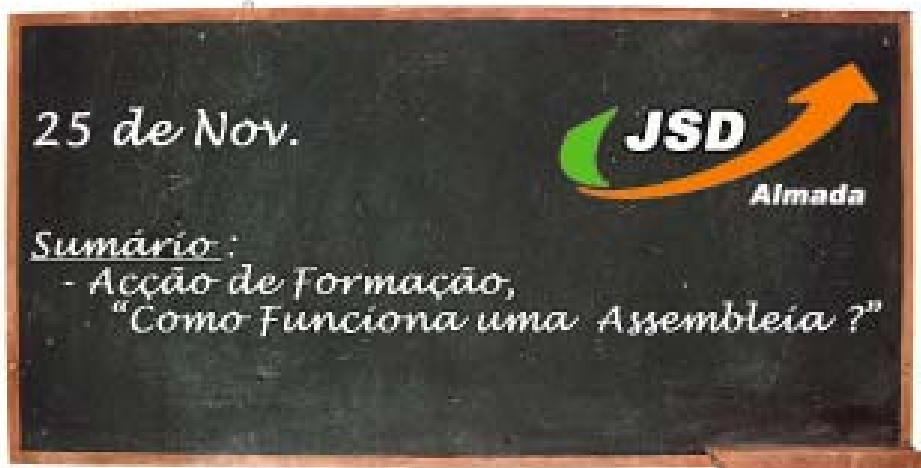
JSD/Almada propõe “Arruada” e “Acção de Formação”

A JSD e Almada nas suas mais recentes actividades políticas realizou uma “Arruada” na Costa de Caparica no dia 24 de Novembro e uma Acção de Formação na sede, no sábado passado.

A arruada foi uma acção de rua cujo objectivo (conseguido) era contactar com a população e ganhar visibilidade. Distribuíram um panfleto onde apontavam os problemas da Costa e sugeriam soluções. O ponto de encontro foi às 09h00 no mercado (início da Rua dos Pescadores).

A acção de formação consistiu numa simulação de Assembleia. Dirigia-se a quem gostaria de participar nas Assembleias da terra onde vive mas não sabe como se desenrolam; e também para quem goste de contribuir para a construção da sua freguesia e que, nesta acção, aprendeu como funciona uma Assembleia!

A acção decorreu no dia 25, às 17h30 na sede.



Jantar de Natal

A JSD de Almada, em comunicado, afirma: «A vida não é feita só de coisas sérias. Por isso, e porque prezamos muito os momentos de convívio onde nos divertimos e

reforçamos laços de amizade, convidamos-te para o Jantar de Natal. Vamos fazer um Jantar de Natal entre amigos com uma troca de prendas no final e outras surpresas. Dia 8 de Dezembro, sábado, no Restaurante Os Três Reis, na Charneca de Caparica.

Para mais informações visita o nosso site em <http://www.jsdalmada.com> ou contacta David Campos (938 666 463); Paulo Sabino (964 253 364) ou Rita de Matos Oliveira (914 649 533).
– JSD/Almada

Comunicado da JSD do Seixal

«Este ano, o Natal é laranja»

Porque a actividade partidária não se resume exclusivamente à política, a JSD Seixal iniciou no princípio do mês uma campanha de solidariedade, tendo em vista a entrega, na segunda quinzena de Dezembro, de brinquedos e roupa junto do Centro de Acolhimento Temporário Janela Aberta.

Para o efeito, apelamos a todos os que possam e queiram dar o seu contributo que se desloquem à sede do PSD Seixal na Rua do MFA, n.º 11, próximo dia 30 de Novembro para connosco ajudarem a trazer um pouco mais de felicidade ao Natal de alguns dos mais jovens e desfavorecidos do nosso Concelho.

Para mais informações, por favor consultem o nosso blog no endereço: www.juventudeseixal.blogspot.com

O contributo de todos é fundamental para o sucesso desta iniciativa. – CPS/JSD-Seixal



JSD/Angra debate sexualidade e prevenção



Chama-se “Poli JOTA Café” a acção global que a JSD de Angra do Heroísmo está a levar a efeito, a partir de amanhã (terça-feira), e que tem como objectivos principais criar “um espaço de debate para os jovens trocarem opiniões sobre temáticas que lhe dizem respeito, podendo cruzar as suas ideias com visões abalizadas de quem trata diariamente com esses mesmos temas”, lê-se numa nota dos jovens social-democratas da cidade-património.

Para o arranque da iniciativa o tema da Gravidez na Adolescência e as Doenças sexualmente transmissíveis serão tratados, a partir das 21 horas no Café “Relax” (Rua do Cruzeiro), numa conversa que terá a participação do psicólogo Paulo Mendes, da Associação para o Planeamento da Família, e da Enfermeira Livramento Melo, que versarão o tema do Planeamento Familiar e da Gravidez na adolescência, podendo partilhar experiências profissionais claras sobre uma problemática que, diz a JSD angrense, é “actual e atinge os Açores de uma forma intensa e preocupante”.

“Prosseguir o debate em torno deste tema é a forma encontrada para alertar as pessoas sobre uma realidade que não está, de todo, bem explicada ao nível das entidades oficiais”, referem ainda os jovens social-democratas.



BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no dia 11 de Janeiro de 2008 (sexta-feira), a partir das 20h00, na Sede do PSD Barreiro, sita na Rua Miguel Pais, n.º 39, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 20h00 e as 23h00.

As listas de candidatura devem ser entregues na Sede de Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A sede estará aberta para o efeito, até às 24h00 do dia 8 de Janeiro de 2008.

LAMEGO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lamego do PSD para uma reunião, em sessão extraordinária, a realizar no dia 28 de Dezembro de 2007, pelas 19h00, na Sede Concelhia do PSD, sita na Av. 5 de Outubro, em Lamego, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: O acto eleitoral decorrerá entre as 19h00 e as 21h00.

As listas concorrentes deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia do PSD, sita na Av. 5 de Outubro, em Lamego

LAGOA

Nos termos do artigo 51 e para efeitos do artigo 50º dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes inscritos na Secção de Lagoa do PSD, para se reunirem numa Assembleia de Secção Ordinária, no próximo dia 13 de Dezembro de 2007 (quinta-feira), pelas 21h30, na sede do Partido, sita na Rua Joaquim Eugénio Júdice, n.º 3 – 1.º Esq, em Lagoa.

A Assembleia reunirá a essa hora desde que compareçam mais de metade dos seus membros ou 30 minutos depois, com qualquer número de membros, nos termos do artigo n.º 2 do artigo 66º, do Estatutos do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Assuntos de carácter político Local, Regional e Nacional.
2. Outros assuntos.

TÁBUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Tábua, para reunirem em Assembleia de Secção, no dia 18 de Janeiro de 2008, das 21h00 às 23h00, na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. Castanheiro Figueiredo, em Tábua, com a seguinte

Ordem de Trabalho

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas concorrentes deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. Castanheiro Figueiredo, em Tábua.



AGUALVA – CACÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção de Agualva – Cacém, a ter lugar no próximo dia 27 de Dezembro de 2007, pelas 21h00, na Sede da Secção Agualva – Cacém, sita na Av. dos Bons Amigos, n.º 37 – 1.º C, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

1 – As urnas estarão abertas entre as 21 horas e as 23 horas;

2 – As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa da Secção de Agualva – Cacém
(Rui Castelhanos)

CARRAZEDA DE ANSIÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e seu Regulamento Eleitoral, convoco o Plenário da Secção da JSD

de Carrazeda de Ansiães, para reunir no dia 29 de Dezembro de 2007, pelas 18h00, na Sede Concelhia do PSD de Carrazeda de Ansiães, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas de candidatos deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital.

b) Para o exercício do direito de voto as urnas estarão abertas das 18 horas às 20 horas.

O Presidente da Mesa de Plenário
(Jorge Miguel Teixeira de Almeida)

SECÇÃO I – LISBOA

Ao abrigo do 23º Artigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e do 3º Artigo do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção I Baixa de Lisboa da JSD a reunir no próximo dia 4 (quatro) de Janeiro de 2008 pelas 21 horas (vinte e uma) na sede da Secção I, sita na Rua da Junqueira n.º 209 Lisboa, com a seguinte, ordem de trabalhos:

1. Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da JSD Secção I – Baixa de Lisboa.

Nota:

1. As listas candidatas, ao acto eleitoral, deverão:

a) Ser apresentadas de forma completa para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

b) Ser acompanhadas de declaração de aceitação de candidatura de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

c) Ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

d) Conter número ímpar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleias, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

e) Conter candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

2. Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão.

3. As listas de candidatos deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral respectiva ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do órgão respectivo até às 24.00 horas do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos.

4. Para os efeitos do disposto no número anterior, a respectiva sede deverá encontrar-se aberta até às 24.00 horas do dia em que expira o prazo para a apresentação de candidaturas.

5. As irregularidades verificadas numa lista candidata que não incidam sobre os requisitos previstos no número 1, podem ser corrigidas até 24 horas após a recepção do despacho da Mesa.

6. Para que uma lista possa ser entendida como completa deverá a mesma conter o número mínimo de candidatos previstos nos Estatutos.

7. As urnas estarão abertas por um período de 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Militantes da JSD Secção I
(Mariana Raquel Aguiar Mendes Teixeira)

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção Concelhia da JSD de Oliveira de Azeméis para o dia 4 de Janeiro de 2008, pelas 21h30, a realizar na Sede Concelhia do PSD, sita na rua dos Bombeiros Voluntários 3720 Oliveira de Azeméis, com a seguinte **ordem de trabalhos:**

Ponto Único: - Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário da JSD de Oliveira de Azeméis.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues, em duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD, sita na morada supra citada, respeitando os Estatutos Nacionais da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h00.

O Presidente da Mesa do Plenário de Oliveira de Azeméis
(José Oliveira)

GONDOMAR – S. COSME

Ao abrigo dos estatutos Nacionais da JSD e seu Regulamento Eleitoral, convoco o Plenário de Núcleo da JSD Gondomar S. Cosme, para reunir no dia 28 de Dezembro de 2007, pelas 21 horas, na Sede Concelhia do PSD Gondomar, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Notas:

a) As listas de candidatos deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa de Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia do PSD Gondomar;

b) Para o exercício do direito de voto as urnas estarão abertas das 21 horas às 23 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(Vitor Manuel Marques Barbosa)

GONDOMAR

Ao abrigo dos estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD/Gondomar, para reunir no dia 11 de Dezembro de 2007, pelas 21 horas, na Sede Concelhia do PSD Gondomar, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 31, em Gondomar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros Assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(Vitor Barbosa)

VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais

da JSD e dos demais regulamentos, convoca-se o Plenário de Secção de Viseu da JSD, para uma reunião ordinária a realizar no dia 8 de Dezembro de 2007, pelas 18 horas, na Sede Concelhia da JSD Viseu, sita no Rossio, n.º 14, Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário
(Pedro Carvalho Ruas)

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de militantes a reunir no dia 29 de Dezembro de 2007, pelas 15 horas, na Sede do PSD de Vila Nova de Famalicão, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da Situação Política – partidária;

2 – Eleição da Comissão política e mesa do plenário para o mandato 2008/2010.

Notas:

O acto eleitoral decorrerá entre as 16 horas e as 18 horas.

As candidaturas a qualquer dos órgãos a sufrágio deverão ser entregues ao órgão competente, a Mesa do Plenário, dentro dos prazos estatutariamente previstos.

O Presidente da Mesa do Plenário
(Marco Magalhães)